ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASEARA

PLANO DIRETOR
DO MUNICÍPIO DECASEARA - TO

(Folha de rosto)

Colocar indicações institucionais

Outubro 2002

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador

JOÃO LISBOA DA CRUZ
Vive-Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

LÍVIO WILLIAM REIS DE CARVALHO
Secretário

NILTON CLARO COSTA
Subsecretário

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

BELIZÁRIO FRANCO NETO
Diretor

Equipe de Coordenação

HUMBERTO DE CAMPOS - Naturatins
LUIZ HILDEBRANDO FERREIRA PAZ – Seplan
ROSA ANTÔNIA RODRIGUES MONTEIRO – Seplan
ROSANGELA ARAÚJO FERNANDES BENVINDO - Seplan

Prefeitura Municipal De Caseara

SUAIR MARIANO DE MELO
Prefeito

Coordenação Local

JOSÉ CARLOS FONSECA
Secretário de Administração e Planejamento

Elaboração – TECHNUM Consultoria Ltda.

Coordenação Geral

Izabel Neves da Silva Cunha Borges	Arquiteta e Urbanista

Coordenação Técnica

Luiz Alberto Cordeiro	Engenheiro Civil

Equipe Técnica

Cláudia Martins Dutra	Advogada
Daisy Cadaval Basso	Pedagoga
João Filipe Campello	Engenheiro Civil
Lêda Maria Vasconcelo Furtado	Arquiteta e Urbanista
Mônica von Glehn Herkenhoff	Arquiteta e Urbanista
Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro	Arquiteta e Urbanista

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 09
RESUMO EXECUTIVO 11
1. CARACTERIZAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO 15
1.1. Histórico da Formação do Município 15
1.2. Os Aspectos Físico-Ambientais 17
1.2.1. Aspectos Geo-Físicos 17
1.2.2. Unidades de Conservação 23
1.2.3. Áreas de Preservação Permanente 26
1.3. Estrutura Fundiária 28
1.4. Caracterização do Espaço Urbano 28
1.5. Estrutura e Dinâmica Populacional 31
1.6. Aspectos Culturais 32
1.7. Aspectos Gerais da Dinâmica Econômica 33
1.7.1. Setor Primário 33
1.7.2. Setor Secundário 36
1.7.3. Setor Terciário 36
1.8. Capacidade de Administração e Gestão 40
2. ANÁLISE EXTERNA E INTERNA 45
2.1. Análise Externa - A Inserção Regional do Município 45
2.2. Análise Interna – o Município 46
2.2.1. Oferta e Demanda Atual 46
2.2.1.1. Habitação 46
2.2.1.2. Equipamentos Comunitários 49
2.2.1.3. Infra- estrutura e Serviços Urbanos 51

2.2.1.4. Promoção Social 59
2.2.1.5. Segurança Pública e Justiça 60
2.2.2. Potencialidade Turística 60
2.2.3 Terceiro Setor 65
2.3 Pontos Forte e Fracos, Oportunidades e Riscos 67
3. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA 71
3.1. Considerações Gerais 71
3.2. Os Cenários para Caseara 71
3.2.1. Cenário Tendencial 71
3.2.2. Cenário de Médio Dinamismo 76
3.2.3. Cenário de Dinamismo Sustentável 80
3.3. O Cenário Futuro Desejado 84
4. O PROJETO DA CIDADE / MUNICÍPIO 86
4.1. O Plano Diretor como Instrumento Básico da Política de Desenvolvimento e Expansão Urbana 86
4.2. Objetivo Central 86
4.3. Linhas Estratégicas 86
4.4. Macrozoneamento 88
4.5. Os Aspectos Físico-urbanísticos da Cidade Desejada 91
4.6. Uso e Ocupação do Solo na Zona Urbana 96
4.7. Sistema de Planejamento e Gestão Urbana 98
5. AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO 100
5.1. Inter-relacionamento seqüencial das Ações 109
BIBLIOGRAFIA 118

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 01 - Município no Estado 16
Figura 02 - Aspectos Físicos 22
Figura 03 – Áreas Protegidas 27
Figura 04 - Espaço Urbano 30
Figura 05 - Corredor Turístico da Bacia Hidrográfica do Araguaia 38
Figura 06 – Atrativos e Potencialidades de Turismo e Lazer 39
Figura 07 – Uso do Solo: Comércio, Residência e Indústria 47
Figura 08 –Estado de Conservação das Habitações 48
Figura 09 –Abastecimento de Água 54
Figura 10 –Esgotamento Sanitário 55
Figura 11 –Coleta de Lixo 56
Figura 12 –Energia Elétrica 57
Figura 13 –Cenário Tendencial 75
Figura 14 –Cenário Médio Dinamismo 79
Figura 15 –Cenário de Dinamismo Sustentável 82
Figura 16 –O Município e o Macro- Zoneamento 89
Figura 17 –Indicações para o Perímetro Urbano 90
Figura 18 –Proposta da Cidade Desejada 94
Figura 19 – Área de Entretenimento e Lazer 95
Figura 20 - Uso e Ocupação do Solo 97
Figura 21 - Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 1 110
Figura 22 - Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 2 111
Figura 23 Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 3 112
Figura 24 - Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 4 113
Figura 25 - Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 5 114
Figura 26 - Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 6 115
Figura 27 - Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 7 116
Figura 28 - Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 8 117

RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro 1 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 25
Quadro 2 - ATRATIVOS TURÍSTICOS DE CASEARA 63
Quadro 3 - PONTOS FORTES E FRACOS, OPORTUNIDADES E RISCOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CASEARA 69
Quadro 4 - DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO TENDENCIAL 73
Quadro 5 - DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO DE MÉDIO DINAMISMO 77
Quadro 6 - DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO DE DINAMISMO SUSTENTÁVEL 81
Quadro 7 - DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO FUTURO DESEJADO 84

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GÊNERO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO 31
Tabela 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR ASSENTAMENTO RURAL 32
Tabela 3 - MANIFESTAÇÕES CULTURAIS SEGUNDO NATUREZA, LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO 33
Tabela 4 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA – ANO 2000 35
Tabela 5 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA (1997-1998) 35
Tabela 6 - EFETIVO DOS REBANHOS (1998) 36
Tabela 7 - RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – 2001 41
Tabela 8 - ESTRUTURA DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA 52
Tabela 9 - CONSUMIDORES POR TIPO DE CONSUMO 53
Tabela 10 - LINHAS DE ÔNIBUS INTERURBANO EM CASEARA 58

ABREVIATURAS E SIGLAS

A	Ação
ADAPEC	Agência de Desenvolvimento Agropecuário
APA	Área de Proteção Ambiental
BRADESCO	Banco Brasileiro de Desconto
CEF	Caixa Econômica Federal
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino fundamental
FUNDETUR	Fundo Municipal do Turismo
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviços
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
LE	Linha Estratégica
LOA	Lei de Orçamento Anual
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
PEC	Parque Estadual do Cantão
PM	Polícia Militar
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PPA	Plano Plurianual
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente
TO	Tocantins
ZP	Zona de Preservação
ZR	Zona Rural
ZU	Zona Urbana

APRESENTAÇÃO

Este documento consubstancia os resultados dos trabalhos desenvolvidos para a formulação do **Plano de Desenvolvimento Urbano em apoio à Gestão Ambiental** para o Município de Caseara – TO, conforme o estabelecido pelo contrato nº 106/2002 firmado entre a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SEPLAN)e a Technum Consultoria Ltda.

A Constituição Federal estabelece que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e deve constituir-se em instrumento de planejamento e gestão a orientar as ações do setor público e da iniciativa privada na busca do desenvolvimento sustentável das cidades.

A Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001- Estatuto da Cidade, ao regulamentar a Constituição Federal reitera este papel do Plano Diretor. Devido à importância que lhe foi conferida; pelo fato de abranger todo o território municipal; por abordar temas ligados à sustentabilidade urbana, tanto na perspectiva social, como econômica e ambiental, o Plano Diretor constitui-se, na realidade, no principal instrumento da política de desenvolvimento do Município.

O Governo do Tocantins instituiu através do Decreto nº 132/95, o Complexo Turístico do Araguaia, dividido em Pólos Ecoturísticos. O primeiro Pólo desse complexo é o Pólo Ecoturístico do Cantão. Para abrigá-lo, foi criado o Parque Estadual do Cantão (PEC), no entorno da ilha do Bananal. Caseara está localizada junto ao principal portal de entrada para o PEC.

A fim de preparar Caseara como uma das cidades estratégicas para o desenvolvimento do Pólo Ecoturístico do Cantão, a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SEPLAN), utilizando-se de recursos provenientes de convênio firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, promoveu a elaboração, conjuntamente com a Prefeitura Municipal, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em apoio à Gestão Ambiental para Caseara, como o instrumento de planejamento e gestão para o desenvolvimento sustentável do Município.

Com este entendimento, atendendo às recomendações dos Termos de Referência que orientaram a contratação dos serviços, bem como a todas as cláusulas contratuais, é que se desenvolveram os trabalhos, cujo resultado é apresentado como o **Plano Diretor do Município de Caseara,** de acordo com a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica de Caseara.

Todo o trabalho foi desenvolvido de forma participativa, com o concurso das equipes da Prefeitura Municipal de Caseara, dos técnicos da SEPLAN designados para o acompanhamento dos trabalhos, da equipe de consultores da Technum e dos representantes da sociedade organizada de Caseara, por meio de oficinas de planejamento participativo, realizadas durante as distintas etapas de elaboração do Plano.

O presente documento apresenta um Resumo Executivo, contendo uma síntese de seu conteúdo. A caracterização do modelo de desenvolvimento reúne as informações sobre a situação atual do Município de Caseara, tanto do ponto de vista das questões intramunicipais, quanto dos aspectos das relações com os municípios vizinhos e a região. As análises internas e externas traduziram-se em um diagnóstico que possibilitou a identificação dos pontos fortes e fracos, no âmbito interno, e das possibilidades e riscos, no âmbito externo, para o desenvolvimento municipal. Essas análises, as entrevistas e oficinas de planejamento participativo realizadas permitiram a construção de cenários alternativos para o desenvolvimento de Caseara, tendo sido selecionado um como o **Cenário Futuro Desejado**, que passou a servir de referência para a concepção do **Projeto da Cidade,** o estabelecimento do objetivo central do plano, a definição das linhas estratégicas e a identificação e priorização das ações correspondentes, necessárias para se alcançar o objetivo central estabelecido. Apresenta ainda indicações para a estruturação do Sistema de Planejamento e Gestão necessário para a implementação do Plano, dentro de um processo contínuo e permanente de condução do desenvolvimento sustentável para o Município.

As propostas apresentadas neste documento são o resultado da construção coletiva dos rumos que se desejam para Caseara, dentro de uma visão de futuro focada nos princípios da sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental, que também deram origem ao Anteprojeto de Lei do Plano Diretor. Além destes dois documentos, foram ainda preparados e são apresentados, como parte do estabelecido pelo contrato, os Anteprojetos das Leis de Uso e Ocupação do Solo, do Perímetro da Zona Urbana e de Parcelamento do Solo.

Espera-se que esse conjunto de documentos possa orientar as ações públicas e privadas para o desenvolvimento ordenado e sustentável de Caseara, que resulte no crescimento econômico e desenvolvimento social, distribua os benefícios de forma equitativa e traga melhoria da qualidade de vida de sua população.

Brasília, outubro de 2002.

Technum Consultoria Ltda.

RESUMO EXECUTIVO

O Governo do Tocantins instituiu em 29 de agosto de 1995, através do Decreto nº 132, o Complexo Turístico do Araguaia, que foi dividido em Pólos Ecoturísticos, considerada a capacidade de polarização de algumas cidades. O primeiro Pólo desse complexo, em implantação, é o Pólo Ecoturístico do Cantão. Para abrigá-lo, foi criado o Parque Estadual do Cantão (PEC), localizado no triângulo formado pelos rios Coco, Javaés e Araguaia, no entorno da ilha do Bananal. Caseara está localizada junto ao principal portal de entrada para o PEC.

Com vistas a prepará-la para exercer o papel de um dos principais núcleos urbanos do Pólo Ecoturístico do Cantão, a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SEPLAN), com recursos do convênio nº ATN/ JFN 6187 – BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, promoveu em conjunto com a Prefeitura Municipal a elaboração do **Plano Diretor do Município de Caseara**, como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, em atendimento ao estabelecido pela Constituição Federal, regulamentada pelo Estatuto da Cidade, pela Constituição Estadual de Tocantins e pela Lei Orgânica de Caseara.

O Plano Diretor do Município de Caseara é o resultado da construção coletiva de um processo de planejamento participativo, com vistas a propiciar a todos os atores envolvidos com o processo de desenvolvimento do Município um instrumento de planejamento e gestão que possibilite a tomada de decisões quanto aos rumos a serem adotados na caminhada em busca da cidade desejada no município que todos querem construir.

Os trabalhos foram pautados pelo princípio da sustentabilidade, elaborado sob a égide da ONU há cerca de duas décadas, que preconiza o equilíbrio entre o uso racional dos recursos naturais, histórico/culturais e dos atrativos turísticos, objetivando o desenvolvimento sócio-econômico e a proteção do meio ambiente, com a conseqüente garantia de qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

Inicialmente foi feito um diagnóstico da situação atual do município e da sua sede, considerados os aspectos internos e a inserção regional do município, com vistas a se identificarem as principais tendências de desenvolvimento, as demandas ao município por parte dos diferentes segmentos, a oferta de equipamentos, serviços e facilidades urbanas *vis-à-vis* a demanda existente e as vantagens comparativas e competitivas de Caseara em relação aos municípios vizinhos.

As principais conclusões do diagnóstico evidenciam que:

- A população tem crescido a taxas baixas, não se observando movimentos migratórios mais significativos;
- A cidade é altamente dependente de Paraíso do Tocantins, cidade polarizadora da região;
- A base econômica está assentada na pecuária extensiva, degradadora e de baixa geração de empregos ou de receita para o município;
- A grande quantidade de pequenas propriedades rurais pode favorecer a agricultura familiar e a organização de formas associativas de produção e comercialização dos produtos, para ganho de produtividade e competitividade;
- A diversidade dos recursos naturais, a riqueza da fauna e da flora e as diversas unidades de conservação podem favorecer o desenvolvimento do turismo e do ecoturismo, desde que se cuide, previamente, da implementação de uma infra-estrutura turística e de apoio aos serviços turísticos, completamente insuficientes para atender os fluxos turísticos atuais;
- Existem carências na área da saúde e educação, no tocante à quantidade e diversidade dos equipamentos comunitários para a prestação desses serviços. O número de profissionais qualificados é reduzido e a população de Caseara fica dependente dos centros maiores, seja para avançar nos estudos, além do ensino fundamental ou médio, seja para o atendimento médico especializado.
- As carências de equipamentos de lazer também são muito fortes, assim como as oportunidades de trabalho são muito reduzidas;
- O saneamento ambiental é insuficiente para atender toda a população. A água para abastecimento público é apenas clorada e a rede de abastecimento ainda não cobre toda a cidade; não há sistemas de drenagem pluvial e esgotamento sanitário; o lixo constitui-se problema grave, pela falta de coleta sistemática em vários trechos da cidade e pela inexistência de aterro sanitário;
- Os cortes de energia elétrica são freqüentes. Nem toda a cidade é servida com iluminação pública. A pavimentação das vias só cobre a área central;
- A ocupação irregular e desordenada das áreas de preservação permanente no município, e particularmente às margens do Lago do Casé, compromete a qualidade ambiental desses espaços;
- A Administração Municipal não está devidamente aparelhada para promover o desenvolvimento sustentável do município. É preciso pensar na modernização da estrutura administrativa, capacitação

das equipes, estruturação do sistema de planejamento e na maior articulação do poder público municipal com os diversos organismos públicos e com o setor privado;

- A sociedade não se envolve efetivamente com as questões do desenvolvimento municipal, sendo os investidores de outros municípios a perceber a potencialidade econômica do município, principalmente no referente às atividades turísticas.

Como síntese dos aspectos analisadas nos itens anteriores, foram identificados os pontos fortes ou fracos, as oportunidades e os riscos para o desenvolvimento do Município. Com eles foi possível a construção de três cenários futuros alternativos para o desenvolvimento de Caseara, consideradas as dimensões econômica, social, físico-ambiental e institucional:

- Cenário tendencial, que não apresenta qualquer mudança significativa, uma vez que é decorrente da manutenção da situação atual, sem qualquer intervenção, seja externa, seja do próprio município para mudar a realidade atual;
- Cenário de médio dinamismo, resultante de pequena melhoria no panorama econômico regional e nacional e de um aumento modesto na capacidade do poder público municipal em investir na melhoria das condições atuais. Por este cenário, Caseara deve começar a experimentar um processo de desenvolvimento, ainda insuficiente para transformar de maneira significativa o quadro socioeconômico atual e o nível de qualidade de vida de sua população;
- Cenário de dinamismo sustentável, decorrente de um novo período de dinamismo econômico nos níveis regional, nacional e internacional e do aumento da capacidade de investimento por parte das diferentes esferas de governo e da iniciativa privada. Neste Cenário Caseara aumenta a sua atratividade e consegue promover o desenvolvimento sustentável, com diversificação da sua base econômica e melhoria dos resultados, avanços sociais significativos, fortalecimento da identidade cultural, equilíbrio estável entre o desenvolvimento de atividades produtivas e a proteção ambiental, geração de oportunidades de trabalho e distribuição de renda, redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida para toda a sua população.

O terceiro cenário, com alguns ajustes nos atributos de cada dimensão, foi o escolhido como **cenário futuro desejado** e passou a ser referência para todas as propostas contidas neste Plano. A partir dele foi estabelecido como objetivo central para o Município, **Caseara desenvolvida de acordo com os princípios de sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental, por meio da potencialização de sua vocação para o turismo e a agropecuária.**

Para se atingir esse objetivo foram traçadas oito linhas estratégicas (LE), a serem implementadas através de ações identificadas e classificadas quanto ao grau de relevância para o processo de desenvolvimento. As linhas estratégicas definidas foram as seguintes:

- **LE 1 -** Modernização, diversificação e verticalização da agropecuária;
- **LE 2 -** Desenvolvimento do turismo e do ecoturismo;
- **LE 3 -** Melhoria das condições das habitações,
- **LE 4 -** Melhoria dos equipamentos urbanos, sistema viário e limpeza pública;
- **LE 5 -** Melhoria dos equipamentos comunitários;
- **LE 6 -** Proteção ambiental;
- **LE 7 -** Modernização e melhoria da gestão pública;
- **LE 8 -** Participação da sociedade no processo de planejamento e gestão.

Para cada linha estratégica foi elaborado um fluxo indicativo das inter-relações e seqüência entre as ações correspondentes, com vistas a facilitar o encaminhamento de sua implementação.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

1.1. Histórico da Formação do Município

Caseara foi fundada por Raimundo Nonato Caser, ou “Gringo” Casé, que deu o nome ao lago às margens do qual surge a cidade, uma combinação de Casé com o prefixo de Araguaia. No início dos anos 30, Casé implantou, às margens do lago, próximo a uma aldeia de índios Carajás, uma esmagadora de castanha de babaçu, para a exploração do seu óleo. Conta-se que o maquinário utilizado era sofisticado para a época. O empreendimento não teve sucesso e Casé terminou por desistir e se mudar dali. A aldeia indígena também se muda para as margens do Javaés, braço direito do Araguaia.

Com o nome de Araguaçui, o povoado surgiu a 8 (oito) km do sítio atual, às margens do rio do Coco, num lugar ainda hoje conhecido como Paredão. Araguaçui era um povoado constituído por famílias da lida rural, com produção de subsistência. As únicas vias de comunicação com as cidades próximas eram os rios Coco e Araguaia. O povoado tornou-se posteriormente distrito de Araguacema, vindo a emancipar-se como Caseara, em 1987.

No final da década de 60 e início dos anos 70, a ampliação da fronteira agrícola do país permitiu a abertura de estradas que facilitaram a implantação de fazendas e empresas agropecuárias na região, beneficiadas por incentivos fiscais e creditícios abundantes na época.

Como parte desse processo, a abertura de estrada ligando o sul do Pará à rodovia Belém-Brasília, com o cruzamento do rio Araguaia por balsa, atraiu as famílias de Araguaçui para próximo à estrada, na busca de melhores condições de vida. O povoado original foi se extinguindo, dando origem a outro, hoje Caseara, localizado às margens do lago Casé e não do Araguaia, em função das enchentes deste rio.

(inserir Figura 01 - Município no Estado

1.2. Os Aspectos Físico-Ambientais

O Município de Caseara situa-se na mesorregião ocidental do Estado do Tocantins, no extremo oeste, às margens do Lago do Casé e do Rio do Coco, afluente do Araguaia, na divisa com o Pará, próxima à ilha do Bananal.

A caracterização dos aspectos físicos naturais e ambientais é tratada neste Plano por três componentes: *geo-físicos*, *unidades conservação* e *áreas de preservação permanente* sendo que esta seqüência de apresentação visa esclarecer à comunidade e instituições públicas e privadas do município sobre a:

- visualização clara dos aspectos geo-físicos que compõem a região relativos a: bacias hidrográficas, clima, vegetação, fauna e flora etc.;
- compreensão da importância das unidades de conservação e aumento de conscientização preservacionista e educacionais;
- indicação da legislação ambiental e sua aplicabilidade aos diversos grupos de interesse da comunidade local.

1.2.1. – Aspectos Geo-Físicos

Para maximizar os resultados do processo de desenvolvimento do Tocantins, o Governo Estadual promoveu a regionalização do planejamento, identificadas as potencialidades comuns ou complementares das diversas regiões, a fim de incentivar a integração horizontal, pela participação dos diferentes segmentos organizados da sociedade no processo de formulação e implementação da política de desenvolvimento regional, e vertical de ações, pelo envolvimento e interação entre as diferentes esferas de governo. Essa regionalização pretende, ainda, diminuir as desigualdades regionais e entre os diferentes grupos sociais de uma mesma região.

Como critérios para a definição das regiões foram consideradas:

- Similaridade das atividades produtivas predominantes;
- Semelhanças em relação ao processo histórico de ocupação;
- Continuidade geográfica e existência de vias de comunicação entre as sedes municipais da mesma região.

Cada uma das regiões recebeu o nome de **área-programa** e a designação da sua posição geográfica no estado. O município de Caseara, com uma área de 1.692km² e com sua sede a 174m de altitude em relação ao nível médio do mar, pertence à **Área- Programa Centro-Oeste** do estado do Tocantins, cujo pólo é Paraíso do Tocantins. Localiza-se na Área de Proteção Ambiental (APA) da Ilha do Bananal /Cantão, fazendo divisa com o rio Araguaia e o Parque Estadual do Cantão. Tem ao sul o Parque Nacional do Araguaia, limítrofe da Terra Indígena Parque do Araguaia. Por situar-se em meio a todas essas Unidades de Conservação, apresenta condições singulares no que tange ao meio ambiente.

A Região formada pelos municípios de Araguacema, Caseara, Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão marca a transição do Cerrado para a Floresta Amazônica. A fauna possui grande variedade de animais silvestres e pássaros. É propícia para pesca esportiva, passeios náuticos e caminhadas ecológicas por trilhas entre as matas.

Caseara limita-se ao norte com o município de Araguacema, a leste com Abreulândia e Divinópolis do Tocantins, ao sul com o município de Marianópolis do Tocantins e a oeste com Pium e o estado do Pará.

Vegetação

A vegetação predominante no Estado do Tocantins são o Cerrado e Mata Tropical e, de acordo com o Plano de Informação de Vegetação, apresentam tipos de formações vegetais agrupadas em 5 regiões fitoecológicas como a Floresta Estacional Decidual, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Ombrófila Densa e o Cerrado.

A região de Caseara destaca-se por possuir características distintas e peculiares, por se tratar de vegetação de transição entre o Cerrado, o Pantanal Matogrossense e a Floresta Amazônica, destacando-se: mata galeria, floresta seca, cerradão, cerrado, campo cerrado, vereda e pantanal.

Apresenta uma preciosa flora formada pela biodiversidade considerada uma das mais importante do planeta e se caracteriza por florestas secas, inundáveis e perenes, contando com uma vegetação muito rica, com ampla variedade de plantas, além de possuir grande quantidade de lagos formados pelos rios Araguaia, Coco e Javaés, criando um refúgio ecológico do Estado.

A transição da vegetação pode ser observada em maior profundidade, por ser retratada nas modificações da fisionomia, da composição florística, da estrutura e da forma de ocorrência. Estas modificações se

processam concomitantemente com as que ocorrem no meio ambiente, em que os elementos da natureza climática, topográfica e edáfica são os de maior influência.

A vegetação do município encontra-se altamente descaracterizada em função do uso atual do solo. Grandes extensões da vegetação nativa, na maioria constituída por cerrado, savana arbórea com matas de galerias, foram alteradas e degradadas pelas atividades agropecuárias.

Fauna

A fauna é rica e diversificada, devido à sua localização em área de transição, e apresenta elementos que habitam esta região caracterizados por espécies típicas de áreas abertas e savanas, áreas alagadas e áreas de florestas tropicais. As espécies mais comuns são: a onça pintada, a arara azul, o gavião real e a águia pescadora.

A heterogeneidade ambiental da área enfocada torna difícil precisar áreas e limites de preferências *de habitat* das espécies de animais ocorrentes na região.

Verifica-se uma predominância de espécies aquáticas ou ligadas ao meio aquático, em grande número de indivíduos no local, sendo consequentemente, responsáveis pela beleza faunística regional

Durante as enchentes periódicas ocorre a concentração da fauna terrestre nas partes altas, imunes às cheias, causando uma concentração de algumas espécies.

A diversificação da fauna forma um cenário ímpar. A presença constante de bandos de jaburus (pássaros regionais) e cardumes de tucunarés são testemunhos de um local ainda intocado pelos agentes poluentes da natureza.

Recursos Hídricos

Um dos maiores recursos do estado do Tocantins é seu potencial hídricoA maior bacia hidrográfica do Tocantins é a do rio de mesmo nome. Além dela, há mais 39 sub-bacias, cada uma delas abastecida por dezenas de pequenos rios, ribeirões e córregos, completam a hidrografia do estado.

O rio Tocantins, principal formador da bacia do Tocantins, nasce no planalto de Goiás, formado pela junção dos rios das Almas e Maranhão, a mais de 1 000m de altitude, e tem cerca de 2 500km de extensão. Seu maior e mais importante tributário, o Araguaia, tem importância semelhante no conjunto da bacia. Com nascentes na Serra do Caiapó, na divisa de Goiás com Mato Grosso, a cerca de 850m de altitude, desenvolve-se por aproximadamente 2.115km de extensão, na direção sul-norte, quase paralelamente ao rio Tocantins, e forma a Ilha do Bananal, considerada a maior ilha fluvial do mundo, com certa de 80 km de largura (leste-oeste) e aproximadamente 350km de comprimento. Desde a extremidade norte da Ilha do Bananal até a sua confluência com o rio Tocantins, o rio Araguaia apresenta-se navegável em uma extensão de aproximadamente 600km. Próximo à extremidade norte da ilha encontra-se Caseara.

Os rios do Coco e Javaés são os dois outros cursos de água de importância para Caseara. Furos entre o Araguaia e o Rio do Coco, de formação e assoreamento cíclico, deixam diques marginais e canais abandonados. No período da cheia, a enchente do Araguaia represa as águas do Javaés, que inunda seu delta, ficando de fora apenas os terrenos mais altos. As águas deste rio passam a correr por numerosos canais e pelo interior das florestas alagadas, interligando os mais de 800 lagos existentes no Parque Estadual do Cantão. Com o fim das chuvas, as águas baixam, drenando igapós e varjões, isolando os lagos e deixando expostas amplas praias arenosas no Araguaia.

Os rios Araguaia e do Coco, com suas praias fluviais, ilhas, lagoas e lagos e a predominância de uma temperatura quente, vêm ocasionando um fluxo turístico crescente ao longo dos anos, despertando a atenção de turistas de vários lugares do Brasil e do exterior.

Estes recursos naturais possibilitam a visitação, de junho a setembro, no período das águas baixas, motivada basicamente pela temporada de utilização das praias e, em menor escala, pela pesca esportiva.

A grande concentração de peixes nas lagoas marginais utilizadas para a sua reprodução e a quantidade de espécies de médio e grande porte contribuem para a pesca predatória. Os pescadores, na maioria das vezes, utilizam tarrafas e redes de arrastão à procura do pirarucu e retiram diversos outros peixes, contribuindo para o desequilíbrio da ictiofauna.

Outras atividades e práticas estão contribuindo para a alteração da qualidade das águas, como o garimpo, os desmatamentos, a utilização intensiva de agrotóxicos e a falta de tratamento de esgotos.

A bacia do Araguaia encontra-se na sua maioria em regiões de cerrado, onde os solos apresentam média suscetibilidade à erosão, com perdas potenciais entre 50 a 100t/ha/ano, causando o assoreamento da

calha dos rios e reservatórios, dificultando o escoamento das cheias e alterando a qualidade das águas, o que acaba refletindo na vida humana e dos animais.

Clima

O clima da região é tropical (quente, semi-úmido) geralmente com verões chuvosos e com 4 a 5 meses de invernos secos.

A temperatura média anual é da ordem de 24ºC. O mês mais quente (setembro ou outubro) assinala uma temperatura média de 26ºC e o mês mais frio (junho ou julho) apresenta uma temperatura média de 22ºC. A temperatura máxima absoluta é de 42 ºC e a mínima absoluta é da ordem de 8ºC.

O total pluviométrico anual situa-se em torno de 1.750mm. Entretanto, essas precipitações não se distribuem igualmente através do ano. Seu regime é tipicamente tropical com máxima no verão e mínima no inverno. Mais de 70% das chuvas acumuladas durante o ano precipitam-se de novembro a março, sendo geralmente mais chuvoso o trimestre janeiro-fevereiro-março, durante o qual chove, em média, 45 a 55% do total anual. Em contrapartida, o Inverno é excessivamente seco. Nessa época do ano as chuvas são muito raras, havendo ocorrência desse fenômeno de 4 a 5 dias por mês.

Aqui podem caber algumas ilustrações relativas aos aspectos físicos

Figura 02 - Aspectos Físicos

1.2.2. Unidades de Conservação

O Município de Caseara, além de estar localizado no entorno de uma Unidade de Conservação de Uso Indireto – Parque Estadual do Cantão, possui ainda 100% de sua área inserida nos limites da APA – Ilha do Bananal–Cantão, unidade de uso sustentável que tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcelas dos seus recursos naturais.

A APA é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

APA - Ilha do Bananal-Cantão

A Área de Proteção Ambiental da Ilha do Bananal/Cantão foi criada pelo Governo do Estado do Tocantins em 21 de maio de 1997, pela Lei n°. 907. Tem como objetivo ordenar o uso e a ocupação do solo no entorno do Parque Estadual do Cantão, inserir e orientar os proprietários das terras no desenvolvimento do ecoturismo e promover o desenvolvimento sustentável.

A APA Ilha do Bananal/Cantão, com 16.780 Km², abrange, além de 100% dos municípios de Caseara, Araguacema e Marianópolis do Tocantins, parte dos municípios de Dois Irmãos do Tocantins, Divinópolis do Tocantins, Pium, Abreulândia, Monte Santo e Chapada da Areia, tendo como divisa oeste o Rio Araguaia e ao sul o Parque Nacional do Araguaia.

Segundo o Plano de Desenvolvimento do Pólo Ecoturistico da Região do Cantão, o zoneamento ambiental do Plano de Gestão da APA - Ilha do Bananal-Cantão, que estabelece as diretrizes normativas para o disciplinamento da conservação da biodiversidade, uso e ocupação do solo e utilização dos recursos naturais, definiu quatro zonas de manejo, onde existirão usos permitidos, tolerados e proibidos:

- Zonas de Usos Especiais
- Zona de Conservação de Vida Silvestre
- Zonas de Preservação de Vida Silvestre e
- Zonas de Desenvolvimento Econômico.

Caseara, por estar inserida dentro da área da APA Ilha do Bananal-Cantão, deverá promover uma integração entre o macrozoneamento objeto do Plano Diretor, que é um plano de desenvolvimento sustentável, e as indicações de sustentabilidade propostas pela APA.

Parque Nacional do Araguaia

Criado em 31 de dezembro de 1959, pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, compreendia toda a ilha do Bananal, a maior ilha fluvial quaternária do mundo, com cerca de 2.000.000ha, situada no Estado de Tocantins, às margens dos rios Araguaia (braço maior) e Javaés (braço menor).

Nos parques nacionais, pelo Código Florestal e Lei de Proteção à Fauna, é terminantemente proibida a utilização direta dos recursos naturais. Em 1971, foi encaminhada a proposta de redução do Parque Nacional do Araguaia para 460.000 ha, ficando o restante para a criação da Terra Indígena Parque do Araguaia, para permitir aos índios o uso dos recursos existentes na área, pois pela Constituição brasileira é conferido aos indígenas o usufruto das terras onde vivem, sendo permitida a caça, a pesca a organização de pequenas lavouras ou pecuária.

O Parque Nacional do Araguaia localiza-se no terço norte da Ilha do Bananal, a oeste do Estado do Tocantins, abrangendo parte dos municípios de Pium, Cristalândia e Formoso de Goiás.

Terra Indígena Parque do Araguaia

Criada em 1971, para proteger a população indígena da Ilha que é composta pelas nações Javaés e Carajá num total de 1.700 índios, compreende a porção sul da Ilha do Bananal, numa extensão de 1.600 ha.

Parque Estadual do Cantão - PEC

Criado em 15/07/1998, o Parque Estadual do Cantão possui forte influência amazônica, apresentando alta biodiversidade. A Avaliação Ecológica Rápida realizada em 1999 identificou 316 espécies de aves, 44 de mamíferos, 22 espécies de répteis e 17 de anfíbios, 300 espécies de peixes, das quais 56 com valor comercial.

Com uma área de 89.130,95ha, o PEC localiza-se no extremo norte do município de Pium, no pontal dos rios Araguaia e do Coco. Mesmo encontrando-se inserido no município de Pium, o acesso e a infra-estrutura de apoio ao Parque são feitos a partir de Caseara.

O Quadro 1, a seguir, apresenta de forma resumida as características das Unidades de Conservação da região.

QUADRO 1
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL		
Unidades	**Ato de Criação**	**Descrição**
Parque Nacional do Araguaia	Decreto n.º 47.570, de 31/12/1959	Apresenta uma significativa amostra da transição entre a Província do Cerrado e o Domínio Amazônico, constituindo uma área rica em espécies da flora e da fauna, característica comum às áreas de transição.
Parque Indígena do Araguaia	Decreto n.º 69.263, de 22/09/1971	Criado para proteger a população indígena da Ilha do Bananal, composta pelas nações Javaés e Carajá.
Parque Estadual do Cantão	Decreto de 15/07/1998	Criado para proteção da fauna, flora e dos recursos naturais com potencial turístico no seu interior, de forma a garantir o seu aproveitamento racional sustentável e compatível com a conservação dos ecossistemas locais.
UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL		
APA - Ilha do Bananal-Cantão	Lei N°. 907, de 21/051997	Criada com o objetivo de ordenar o uso e a ocupação do solo no entorno do Parque Estadual do Cantão, inserir e orientar os proprietários das terras no desenvolvimento do ecoturismo e promover o desenvolvimento sustentável.

Elaboração própria

1.2.3. Áreas de Preservação Permanente

A legislação federal define Áreas de Preservação Permanente como sendo certas áreas públicas, ou particulares, nas quais a supressão total ou parcial da vegetação natural só é permitida, mediante prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social.

São exemplos de Áreas de Preservação Permanente: topos de morros, montes, montanhas e serras; margens dos rios, ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios de água, que condicionam o processo de expansão urbana.

No município de Caseara as áreas de preservação permanente encontram-se bastante degradadas pela ação antrópica de desmatamentos e ocupações irregulares das margens dos corpos de água, na zona rural.

Na sede do município merece especial destaque a ocupação irregular e desordenada das margens do Lago do Casé.

Inserir planta do município / região com a indicação da sede, das divisas e das UC Figura 03 – Áreas Protegidas

1.3. Estrutura Fundiária

Caseara tem sua história atrelada ao processo de expansão da fronteira agrícola, numa região de grandes fazendas, predominantes até hoje. A grande maioria de seus proprietários reside em outras regiões do país e não mantém, com raras exceções, qualquer ligação com a cidade.

Verifica-se uma estrutura fundiária extremamente concentrada nos extratos superiores a 1.000ha. Segundo o Censo Agropecuário de 1996, 37 estabelecimentos, ou 17% do total, entre 1.000 e 10.000ha, ocupavam 69% da área total, enquanto 2 estabelecimentos acima de 10.000ha representavam 21,12% do território municipal.

Os loteamentos urbanos têm sido feitos sempre pelo poder público municipal, que dispõe de poucas áreas. Apenas 39 lotes de 360,0m² cada um ainda não foram vendidos. Estão sendo desenvolvidas negociações com proprietários particulares de duas chácaras na beira do Lago do Casé, com vistas à sua desapropriação para a produção de cerca de 300 a 400 novos lotes.

Informações colhidas junto à Prefeitura Municipal dão conta ainda do interesse de um investidor privado em fazer um loteamento ao lado do cemitério, à margem da rodovia, logo na entrada da cidade.

Investidores de outras regiões têm adquirido quadras inteiras dos loteamentos urbanos, dando início a um processo de especulação imobiliária, que deverá estender-se do centro da cidade para as margens dos rios do Coco e Araguaia.

1.4. Caracterização do Espaço Urbano

A tipologia da estrutura urbana, suas edificações, os usos e ocupação do solo evidenciam que são eles representativos do momento do surgimento da cidade.

É através dos edifícios que se constitui o espaço urbano, onde são encontradas com predominância edificações do tipo moradas de porta e janela, com telhados em telha de barro, na maioria dos casos, e alvenaria de tijolo maciço e taipa, em grande quantidade sem reboco. Às vezes, as edificações apresentam platibanda frontal, encobrindo o telhado.

As quadras são grandes, com dimensões de 100x200 metros, de forma retangular, relativamente regulares. Os lotes, em geral bastante arborizados, não são murados, gerando um grande espaço interno comum nas quadras, onde com certa frequência se observa um acúmulo de lixo, visível por quem circula pela cidade.

Não há uma diferenciação significativa de usos em diferentes porções do tecido urbano. Predomina o uso misto em toda a cidade. Apenas se observa alguma concentração dos estabelecimentos comerciais na Avenida Trajano de Almeida e na Rua Campo Alegre e seu entorno. Às margens da rodovia começa a se estruturar uma área de comércio e serviços.

Ao longo do Lago Casé predominam quadras mais longas, com lotes com duas frentes, sendo que aquela virada para o lago teria uma área pública como divisa, indevidamente ocupada pelos proprietários. A ocupação predatória das margens do lago Casé, componente importante da vida e da paisagem da cidade, até certo ponto aceita sem qualquer reação, demonstra o estado de omissão da população na discussão do processo de construção do seu território de sobrevivência. Não se percebe uma relação clara da população com o lago, como acontece com a maioria das cidades ribeirinhas do Araguaia.

Inserir fotografias ilustrativas Figura 04 - Espaço Urbano

1.5. Estrutura e Dinâmica Populacional

O município de Caseara, segundo o Censo Demográfico de 2000, conta com uma população total de 3.662 habitantes, sendo 2.651 na área urbana e 1.011, na rural, com uma taxa de crescimento anual no período 1996/2000 de 0,25%. Registra uma densidade demográfica de 2,15 hab/km² e ocupa o 76º lugar do Estado no Índice de Desenvolvimento Social (0,33) que, no Estado do Tocantins, é liderado por Gurupi, com o índice de 0,74. O IDS combina quatro componentes básicos: educação, mortalidade infantil, arrecadação *per capita* de ICMS e o consumo per capita de energia elétrica *.

A Tabela 1 apresenta a distribuição da população por gênero e situação de domicílio. Verifica-se que a população masculina é um pouco maior que a feminina e que um pouco mais de 70% da população vivem na sede do município.

Tabela 1
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GÊNERO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

Ano	População						
	Total	Homens	Mulheres	Urbana		Rural	
				N.º Absoluto	%	N.º Absoluto	%
1991	2.775			2.033	73,26	742	26,74
1996	3.625	1931	1694	2.455	67,72	1.170	32,28
2000	3662	1895	1767	2.651	72,40	1.011	27,60

Fonte: IBGE

A população é constituída basicamente de pessoas jovens. Os idosos, de 60 anos ou mais, são apenas 250 habitantes. Caseara registrou nas últimas eleições municipais 2 302 eleitores. O crescimento da população rural se deu por conta da criação de assentamentos no Município. O município possui 7 assentamentos rurais do INCRA, com glebas de 24 ha, nos quais moram quase 300 famílias, em sua maioria vivendo em grandes dificuldades. É grande o número de famílias em situação de extrema pobreza.

O primeiro assentamento foi o da Barroca, de 1989, no qual foram assentadas 16 famílias, das quais apenas 05 permanecem em suas glebas. Os dois seguintes foram o do Escondido e o Caiapó. De 58 famílias assentadas, 38 não se mantiveram nos assentamentos.

* Nota Metodológica sobre a Construção do Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios do Tocantins –SEPLAN.

A atual distribuição de famílias por assentamento é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR ASSENTAMENTO RURAL

Assentamento rural	Número de famílias
Barroca	36
Caiapó	30
Araguaia	60
Califórnia	69
Escondido	14
União	25
Buritirana	33
Manchete (parte em Caseara e parte em Marianópolis do Tocantins)	nd
Total	**267**

nd – não disponível
Fonte: Informações colhidas durante Oficina de Planejamento Participativo– julho/2002

A população urbana, apesar das melhores condições de vida, também é constituída, em sua maioria, de famílias de menor poder aquisitivo. O desemprego da população jovem é percebido como um dos maiores problemas, responsável pela delinqüência e o consumo de drogas.

1.6. Aspectos Culturais

Cidade bastante nova, Caseara não registra manifestações culturais de maior tradição e relevância. Os principais eventos culturais da cidade são as festas juninas de São João e São Pedro, celebradas nas escolas e entre a comunidade, e a Feira Cultural, promovida anualmente pela Secretaria de Educação e pelas escolas, com duração de 2 a 3 dias, durante os quais ocorrem diversas manifestações, tais como teatro, dança e saraus. O aniversário da cidade, 1 de junho, é comemorado com dois dias de festas

A festa do padroeiro da cidade – Bom Jesus da Lapa - é celebrada com tríduo de festividades religiosas e populares, além da festa no dia 04 de agosto. Também se celebram as Festas do Divino, na cidade e na zona rural, dos Santos Reis e do Natal, com comemoração para as crianças e jovens e com baile.

São ainda tradicionais a vaquejada, em outubro, o campeonato de truco e o forró, na feira coberta e na quadra de esportes. A temporada de praia no mês de julho é o evento que movimenta maior quantidade de pessoas, seja de turistas, seja da população local que trabalha para o atendimento a eles.

Tabela 3
MANIFESTAÇÕES CULTURAIS SEGUNDO NATUREZA, LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Manifestação cultural	Natureza	Local	Período
Festas juninas		escolas / feira coberta	junho
Feira Cultural	cultural	escolas	setembro
Aniversário da cidade	cívica	cidade	1º de julho
Festa do Padroeiro	religiosa	igreja	4 de agosto
Folia do Divino	religiosa	cidade e zona rural	veriável
Santos Reis	religiosa	cidade e zona rural	janeiro
Natal	religiosa	escolas e feira coberta	dezembro
Vaquejada	folclórica	feira coberta	outubro
Torneio de truco		feira coberta	variável
Forró		feira coberta	diversos
Temporada de praia			julho

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamentos em campo

1.7. Aspectos Gerais da Dinâmica Econômica

1.7.1. Setor Primário

A pecuária bovina, de cria e recria de gado de corte, exercida de maneira extensiva, é a principal atividade econômica do município, seguida da agricultura. Em geral, cada grande fazenda de gado gera dois empregos.

Uma das grandes fazendas de pecuária tem como meta final para 2010 um rebanho de 20 000 cabeças de gado. Atualmente possui cerca de 8 000 reses e desenvolve, para renovação de suas pastagens, a cultura do abacaxi, em área irrigada de 125 ha, o que a torna a maior produtora individual do estado. Esta fazenda é o maior empregador privado do município, gerando cerca de 60 empregos diretos.

Os insumos tanto para a pecuária quanto para a agricultura são adquiridos em Caseara ou em Paraíso do Tocantins. Os trabalhadores em sua quase totalidade são recrutados em Caseara, mas a produção é praticamente toda exportada para São Paulo.

Existem no município muitos pequenos produtores, a maioria deles originados de assentamentos do INCRA, endividados e sem conhecimento técnico específico, que os impede de explorar suas propriedades.

Verifica-se nesses assentamentos a produção de rapadura, de doces artesanais e de farinha de mandioca.

Um estabelecimento faz a extração de areia no Rio do Coco e de seixo rolado no Caiapó para uso na construção civil. Não é comum o uso de brita que, quando necessária, é adquirida em Paraíso do Tocantins.

Apesar da fiscalização do NATURATINS, há indícios de haver pesca comercial de forma predatória por pescadores profissionais vindos do estado do Pará, principalmente do pirarucu que, na época da seca, fica nas lagoas para reprodução.

A Tabela 4 apresenta a estrutura fundiária do Município. Pela Tabela 5, da produção agrícola do Município, observa-se que o arroz e o milho são os principais produtos agrícolas, tendo o primeiro ampliado significativamente a área plantada e o volume de grãos colhidos. A Tabela 6 apresenta o efetivo do rebanho, evidenciando a inequívoca predominância do gado bovino, seguido do número de aves, também significativo.

Tabela 4
ESTRUTURA FUNDIÁRIA – ANO 2000

Tipo de propriedade	Número de Estabelecimentos	Área (ha)
Minifúndio	44	1.940,4
Subtotal	**44**	**1.940,4**
Produtiva pequena	6	1.474,5
Produtiva média	9	6.456,7
Produtiva grande	10	36.734,3
Subtotal	**25**	**44.665,5**
Improdutiva pequena	32	5.481,8
Improdutiva média	21	12484,6
Improdutiva grande	24	76.596,9
Subtotal	**77**	**94.563,3**
Total	**146**	**141.169,2**

Fonte - INCRA

Tabela 5
PRODUÇÃO AGRÍCOLA (1997-1998)

Cultura	Área Colhida (ha)		Produção (t)		Rendimento médio (kg/ha)	
	1997	1998	1997	1998	1997	1998
Arroz	1.530	2.700	2.142	3.780	1.400	1.400
Milho	220	200	320	300	1.300	1.500
Banana	120	40	60	20	500	500
Abacaxi	-	40	-	800	-	20.000
Mandioca	50	40	1.250	720	25.000	18.000

Fonte- SEPLAN

Tabela 6
EFETIVO DOS REBANHOS (1998)

Classe	Efetivo (cab.)	Classe	Efetivo (cab.)
Bovinos	50.630	Caprinos	260
Suínos	4.360	Muares	270
Ovinos	260	Eqüinos	640
Aves	17.740	Asininos	50

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 1998

1.7.2. Setor Secundário

Praticamente não existe atividade industrial no município, nem mesmo um matadouro, apesar da importância da pecuária. A cidade conta com três serrarias que também fabricam móveis de madeira fornecida pelos assentamentos, de forma irregular, uma vez que não há licenças para desmatamento; um estaleiro para fabricação de barcos e canoas; uma olaria com fabricação manual de tijolos e telhas; uma fábrica de manufaturados de concreto (manilhas e tanques); três fabricantes de canoas artesanatos; três fábricas de gelo; três padarias, onde são fabricados pães, biscoitos e salgados; 2 sorveterias e alguns estabelecimentos de serviços industriais como mecânica de automóvel e lanternagem.

1.7.3. Setor Terciário

A atividade comercial na cidade é suficiente para atender a população nas suas necessidades básicas. Existem dois estabelecimentos do estilo de supermercados, ainda que de menor porte, uma revenda de gás, um posto de medicamentos, particular, três lojas de material de construção, uma loja de insumos para a agropecuária, cerca de 15 estabelecimentos do gênero de micro-mercados, designados como Comercial, denominação característica da cidade, um estabelecimento de comercio a varejo de combustíveis, com funcionamento precário, três hotéis, quatro pousadas, além de alguns outros pequenos estabelecimentos, principalmente restaurantes, lanchonetes e bares. Entretanto, o maior volume de compras da população é feito em Paraíso do Tocantins que oferece muito maior diversidade de produtos e melhores preços.

Há um serviço de moto-taxi regularizado, com 4 motocicletas.

O turismo é uma atividade importante no município e vem crescendo ano a ano. A temporada de praia no rio Araguaia, de julho a setembro, modifica a rotina da cidade, com a presença dos turistas. As praias atraem, em média, 2.000 pessoas por fim de semana. Entretanto, o comércio pouco se beneficia da movimentação deste período, uma vez que o consumo na cidade não é significativo, porque a maior parte das mercadorias é trazida de outras regiões. Os maiores beneficiados são os barqueiros, organizados em associação, e os barraqueiros. Cria-se, também, um razoável número de empregos temporários, direcionados à população jovem, com o funcionamento das barracas de praia.

A cidade já conta com algumas pousadas que oferecem condições satisfatórias de hospedagem. Nenhum restaurante chega a oferecer serviços nestas condições, o que deixa a cidade praticamente fora do circuito turístico. O grande movimento fica praticamente restrito às barracas de praia em geral montadas, com a infra-estrutura básica, pela Prefeitura, e alugadas aos interessados na exploração dos serviços de alimentação, quase sempre pequenos comerciantes da cidade.

No último ano, a grande maioria das barracas para acomodação dos turistas foi montada por empresário de outro município, sinalizando um interesse de investidores privados externos na exploração do turismo em Caseara. Os empresários locais ainda não se aperceberam deste potencial nem têm condições técnicas e financeiras para a realização dos investimentos demandados.

Finda a temporada de praia, evidencia-se a rotina de estagnação econômica da cidade.

Outro atrativo de importância na cidade deverá passar a ser o Parque Estadual do Cantão, provável catalisador de um desenvolvimento calcado no ecoturismo. Por ser ainda muito embrionário, não se pode aquilatar a sua contribuição para as modificações socioeconômicas do município. O empresariado local faz uma leitura pessimista, o que reflete no nível muito baixo de investimento realizado.

Inserir Figura 05 - Corredor Turístico da Bacia Hidrográfica do Araguaia

Inserir ilustrações da praia e do parque **Figura 6 – Atrativos e Potencialidades de Turismo e Lazer**

1.8. Capacidade de Administração e Gestão

Administração Municipal

A Administração Municipal está estruturada em sete secretarias:

- Secretaria de Turismo, Indústria, Comércio e Meio Ambiente;
- Secretaria de Educação;
- Secretaria de Finanças;
- Secretaria do Trabalho e Ação Social;
- Secretaria de Saúde e Saneamento;
- Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos; e
- Secretaria de Administração e Planejamento.

O quadro de servidores do Município é composto por 125 funcionários, além de 05 contratados. Pela não existência de agências bancárias na cidade, o pagamento é feito em espécie, sendo necessário que a Prefeitura, para o efetuar, busque o dinheiro em Paraíso do Tocantins, com riscos de assalto, que já tem ocorrido com outros municípios da região. Apenas muito recentemente, a CEF instalou um posto do gênero "Caixa aqui" em Caseara e o BRADESCO, em convênio com os Correios, implantou uma agência postal.

A Prefeitura não tem um Cadastro Imobiliário nem Código de Edificações aprovado. Também não dispõe de pessoal para a fiscalização das construções. Apenas um técnico encarrega-se de registrar, anualmente, as novas edificações por meio de levantamento em campo, não existindo base cartográfica cadastral confiável, seja no nível urbano, seja no municipal.

O orçamento do Município para 2002 é de R$ 2 169 999,00, quase integralmente constituído das transferências de capital.

Apesar de a cidade ter cerca de 80% dos seus lotes ocupados, apenas 20% dos proprietários pagam o IPTU. A partir deste ano, a Prefeitura passou a emitir um carnê de cobrança, visando aumentar a arrecadação deste imposto. A não existência de um posto ou agência do Banco do Brasil na cidade impossibilita a

realização de convênio com este banco para a cobrança do imposto, nos termos da legislação específica. Como não há dívida ativa estruturada no Município, não existe cobrança judicial dos inadimplentes com os impostos.

Os serviços jurídicos e a elaboração do Orçamento Anual e do Plano Plurianual são executados por profissionais autônomos de outro município.

A Tabela 7 apresenta um resumo das receitas municipais de 2001, que foram no valor de R$ 1.682.235,15. Cabe destacar que, dos impostos, a arrecadação correspondeu a R$ 1.553,16 de IPTU, R$ 41.477,48 de ITBI e R$ 12.525,42 de ISS. As transferências constitucionais corresponderam a R$ 1.682.235,15, provenientes da União e do Estado, sendo R$233.908,24 deste último.

Tabela 7
RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - 2001

Especificação	Valor Realizado
1 - RECEITAS CORRENTES DIRETAMENTE ARRECADADAS	**150.464,42**
1.1 - Impostos	55.556,06
1.2 - Taxas e Contribuições de Melhoria	908,36
1.3 - Receitas de Contribuições Econômicas e Sociais	0,00
1.4 - Receitas Patrimonial, Agropecuária e Industrial	0,00
1.5 - Receitas de Serviços	94.000,00
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL	**1.682.235,15**
2.1 - Transferências Intragovernamentais	0,00
2.2 - Transferências Intergovernamentais - da União	1.655.183,19
2.3 - Transferências Intergovernamentais - do Estado	233.908,24
2.4 - Outras Transferências Intergovernamentais	0,00
2.5 - Transferências de Instituições Privadas, do Exterior e de Pessoas	0,00
2.6 - Outras Receitas Correntes	3.119,14
2.7 - Dedução de Receita para a Formação do Fundef (-)	209.975,42
3 - RECEITAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS)	**160.340,60**
3.1 - Operações de Crédito	0,00
3.2 - Outras Receitas de Capital	160.340,60
4 - RECEITA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**1.993.040,17**

Fonte: Secretaria de Finanças de Caseara

Órgãos Colegiados

Estão estruturados e instalados em Caseara os seguintes colegiados:

- Conselho Municipal de Educação;
- Conselho Municipal de Saúde;
- Conselho Municipal da Merenda Escolar
- Conselho Municipal de Assistência e Ação Social;
- Conselho Municipal de Direito da Criança (ainda não funciona efetivamente).
- Conselho Municipal de Desenvolvimento
- Conselho Municipal de Turismo
- Conselho de Alimentação Escolar
- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério

Legislação

Cabe destacar a seguinte legislação municipal;

- Lei N°. 065 de 25 de maio de 1994

Cria a Vigilância Municipal de Defesa do Consumidor

- Lei N°. 072 de 24 de outubro de 1994

Concede subsídios a estudantes do curso médio e superior

- Lei N°. 102 de 28 de agosto de 1996

Institui o Fundo de Desenvolvimento Municipal

- Lei N°. 103 de 28 de agosto de 1996

Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Caseara

- Lei N°. 105 de 18 de dezembro de 1996

Cria o Fundo Municipal de Saúde

- Lei N°. 118 de 15 de maio de 1997

Cria o Programa Municipal de Habitação

- Lei N°. 133 de 31 de março de 1998

Cria o Programa de Saneamento

- Lei N°. 139 de 22 de junho de 1998

Regulamenta a limpeza pública no Município

- Lei N°. 165 de 28 de fevereiro de 2000

Cria o Conselho Municipal de Turismo, o Plano Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo

- Lei N°.186 de 21 de março de 2001

Regulamenta a prática de atividades turísticas no Município

- Lei N°.187 de 22 de março de 2001

Regulamenta o Fundo de desenvolvimento do Turismo criado pela Lei N°. 165/2000

Órgãos Públicos Regionais

Funcionam em Caseara os seguintes Órgãos Públicos Regionais:

RURALTINS – escritório local do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, com dois técnicos, é responsável pela extensão rural no município. Não consegue atender o município todo, devido ao pequeno quadro técnico e à estrutura de apoio. Dos sete assentamentos, consegue atender a dois, dos quais foi elaborado diagnóstico.

ADAPEC – Agência de Desenvolvimento Agropecuário, responsável pelo combate à febre aftosa no estado. Funciona junto ao RURALTINS.

NATURATINS – Agência Regional do Instituto Natureza do Tocantins e Direção do Parque Estadual do Cantão. O Chefe da Agência é também o Diretor do PEC. Seus técnicos, pelo tipo de atuação na fiscalização,

educação e monitoramento ambiental, possuem uma ampla visão da região e bom relacionamento com a população.

- **Planejamento Municipal**

Foi criado em agosto de 1996 o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Caseara, órgão responsável pelo estudo, planejamento e coordenação da Política de Desenvolvimento Sócio-econômico do Município, determinando os procedimentos de planejamento municipal. Paralelamente à criação do Conselho, foi criado o Fundo de Desenvolvimento Municipal e estabelecido o conteúdo e forma do Plano de Desenvolvimento Municipal, que estaria consubstanciado no relatório final do Planejamento Estratégico e Participativo para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Caseara.

Apesar de existirem estes instrumentos de planejamento municipal, o processo de planejamento local ainda não foi iniciado.

2. ANÁLISE EXTERNA E INTERNA

2.1. Análise Externa – A Inserção Regional do Município

No âmbito externo ao Município, foram consideradas e analisadas as ações no nível nacional ou estadual que poderiam de alguma forma alterar as tendências atuais do desenvolvimento do município e da região. Também se examinaram as vantagens comparativas ou competitivas de Caseara em relação aos demais municípios da região, identificando possibilidades de complementaridade sócioeconômica entre eles, considerando as oportunidades e riscos decorrentes desses fatores externos, fora do controle dos atores locais.

O Município é polarizado por Paraíso do Tocantins e, naturalmente, pela Capital, Palmas. Verifica-se, entretanto, a possibilidade de Caseara desenvolver-se como polo turístico não só regional, como estadual e até mesmo nacional, face a seu potencial turístico, condicionado aos investimentos que possam ser feitos na melhoria da infra-estrutura básica e na oferta e qualidade de alojamentos e outros equipamentos turísticos. Esse desenvolvimento redundará na melhoria da qualidade de vida da população local .

O empreendimento mais significativo para a região, que certamente interferirá no desenvolvimento de Caseara, é o projeto da Hidrovia Araguaia- Tocantins, que busca garantir a navegabilidade do rio, durante a maior parte do ano, em condições de segurança. Caseará poderá ser um ponto de convergência intermodal entre a hidrovia e a rodovia de ligação com o sul do Pará, que já se faz hoje pela TO – 080, transpondo o Rio Araguaia por meio de balsa. Cabe lembrar que este é também um ponto de ligação com o norte do Mato Grosso.

A bacia dos rios Araguaia e Tocantins tem sob sua área de influência cinco estados, com uma população de cerca de 18 milhões de habitantes que constituem uma Zona de Frente de Expansão em desenvolvimento, com grande potencial de crescimento econômico. Segundo estimativas feitas pelo Ministério da Agricultura, com o desenvolvimento da agricultura na região da Hidrovia seria possível criar 850 mil empregos, sendo 350 mil diretos. Isto porque a Hidrovia vai estimular a incorporação de quase 30 milhões de hectares ao sistema produtivo, com potencial para gerar 73 milhões de toneladas de grãos, com condições de escoamento da produção.

2.2. Análise Interna – o Município

No âmbito do Município, foram analisados criteriosamente os pontos fortes e fracos da situação atual dos elementos de oferta urbana levantados na 1ª Oficina de Planejamento, ou seja: recursos humanos, setores produtivos, infra-estrutura e serviços públicos, de forma a se conseguir uma avaliação comparativa dos aspectos positivos ou negativos para o desenvolvimento sócio-econômico, considerando inclusive as relações com os municípios vizinhos com atividades complementares. Essa análise contribuiu para a elaboração das alternativas de desenvolvimento para Caseara.

2.2.1. Oferta e Demanda Atual

2.2.1.1. Habitação

As necessidades habitacionais existentes em Caseara dizem respeito, menos a um *deficit* de moradias e muito mais fortemente à inadequação habitacional.

De acordo com informações do IBGE para o ano de 2000, existem no município 1241 domicílios, 830 na área urbana e 411, na rural. Destes, 908 são domicílios particulares permanentes, 501 deles com abastecimento de água da rede geral, 368 com poço ou nascente e 39, com outras formas de abastecimento. Têm banheiro ou sanitário 649 domicílios particulares permanentes, enquanto 259 não contam com essas instalações. Não há sistema de esgotamento sanitário nem de drenagem na cidade.

As habitações são 60% em alvenaria de tijolo, 20% de palha 15% de taipa e 5% de madeira.

Foi criado em maio de 1997 o Programa Municipal de Habitação, denominado Habitar Caseara, com a finalidade de erradicar casas de palha e possibilitar a construção de casa própria através de Mutirão Solidário. As casas com área de 30m² seriam construídas em mutirão, com material básico e transporte doado pela Prefeitura.

(Inserir planta da cidade com as principais indicações dos equipamentos. Ver informações do CD) Figura 07 – Uso do Solo: Comércio, Residência e Indústria

Figura 08 – Estado de Conservação das Habitações

2.2.1.2. Equipamentos Comunitários

Educação

Segundo o Censo Educacional 2000, Caseara contava com dez escolas de ensino fundamental. No último ano, entretanto, duas foram fechadas. Atualmente há em Caseara oito escolas municipais, sendo seis rurais com turmas de 1ª à 4ª série, uma por assentamento, e duas urbanas. As crianças do assentamento Barroca são atendidas na sede do município. Há ainda duas escolas estaduais, com turmas de 5ª à 8ª série do ensino fundamental e com ensino médio. As escolas estaduais funcionam também no período noturno.

O município tem cadastradas as pessoas portadoras de necessidades especiais, que chegam a aproximadamente 50 pessoas, freqüentando as escolas nas turmas regulares, mas com atendimento especial.

O município oferece transporte escolar para as populações rurais, contando para isto com um ônibus (48 lugares), um micro-ônibus (24 lugares) e três kombis.

Em 2000, o Censo Educacional registrou 1.123 matrículas no ensino fundamental, sendo 728 nas escolas estaduais e 395, nas municipais. No ensino médio, verificaram-se 188 matrículas. Naquele ano, o número de docentes era de 45 no ensino fundamental e 07 no médio. Havia, ainda, 07 docentes no pré-escolar.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, em 2002 foram matriculados nas escolas municipais 532 alunos. Não há falta de vagas para a população em idade escolar, nem defasagem idade-série acentuada na zona urbana. A evasão escolar é insignificante e concentra-se na zona rural, em virtude de os alunos precisarem envolver-se mais efetivamente nas atividades agrícolas em determinadas épocas do ano.

Os 23 professores da rede escolar do município têm o curso de magistério. A maioria é concursada e quase todos estão cursando o normal superior, mantido por um convênio entre o Governo do Estado e a UNITINS.

Dos 540 analfabetos jovens ou adultos, cadastrados em 2000, 120 foram alfabetizados naquele ano e 86, em 2001. A defasagem idade-série é percebida quase exclusivamente na área rural. A implantação do supletivo, pelo qual o aluno pode fazer 2 anos em 1, aliada ao sistema de aprovação com dependência de alguma disciplina, reduziu esse problema na área urbana.

O Município participa do Programa ABC da Cidadania, do Estado do Tocantins, pelo qual professores voluntários trabalham durante 8 horas semanais na alfabetização, recebendo R$ 2,50 por aluno.

O currículo escolar municipal inclui a educação ambiental e a coleta seletiva de lixo é exercida nas escolas.

Saúde

Existe em Caseara um Posto de Saúde com 02 médicos e 01 dentista. Há também 2 equipes completas do Programa de Saúde da Família. O atendimento restringe-se às especialidades mais simples ou emergenciais. Aí são feitos pronto atendimento, atendimento ambulatorial, partos normais, vacinação e atendimento odontológico. Em 2000, foram registradas 211 internações (IBGE – Base de Informações Municipais). No campo da saúde, entretanto, Caseara depende fortemente de Paraíso do Tocantins.

A Política Nacional de Saúde estabelece que hospitais públicos devem ser instalados em municípios com população de 10 000 habitantes ou mais. Isto faz com que o atendimento nas cidades menores fique limitado ao possível nas unidades ambulatoriais dos Postos de Saúde, que não têm como oferecer especialidades como ortopedia e cardiologia, por exemplo, frequentemente demandadas pela população.

As despesas municipais com a área de saúde, em 2001, corresponderam ao montante de R$ 490.979,99, dos quais R$ 423.795,20 com pessoal e encargos sociais.

Esporte e Lazer

Existe na cidade uma quadra de esportes e um campo de futebol. Este esporte é praticado tanto pelos homens quanto pelas mulheres. Os primeiros costumam organizar campeonatos regionais, enquanto as mulheres disputam torneios locais.

Cultura

Há uma biblioteca pública municipal, que funciona junto à Prefeitura, para atendimento dos alunos da rede escolar e aberta ao público. Não há qualquer outro espaço para atividades culturais, a não ser o Centro Comunitário, ligado à igreja Católica, onde ocasionalmente são promovidos eventos dessa natureza.

2.2.1.3. Infra- estrutura e Serviços Urbanos

Abastecimento de Água

Existe sistema de abastecimento de água, sendo a captação em poços profundos e no Lago do Casé, com cloração. A rede de abastecimento de água atende 80% da cidade, entretanto nem todos os domicílios estão ligados a ela. Na Baixada, ela é inexistente

Esgotamento Sanitário

Não existe sistema de esgotamento sanitário na cidade. As edificações adotam o sistema de fossa séptica ou negra. Nem todas as habitações dispõem de instalações sanitárias, o que demonstra ser bastante precária a situação sanitária.

Drenagem Pluvial

Não há rede de drenagem de águas pluviais, que é escoada superficialmente pelo meio-fio, com problemas de empoçamento nas partes mais planas da cidade.

Resíduos Sólidos

Apesar de a Prefeitura Municipal ter regulamentado por meio da Lei N°. 139/98 a coleta do lixo domiciliar, estabelecendo penalidades e dando poder de polícia não só aos fiscais de postura como também aos agentes policiais, sindicatos e associações, a qualidade da limpeza pública ainda é bastante crítica.

A coleta de lixo atende a 634 domicílios. A Prefeitura fornece a cada residência um recipiente para a colocação do lixo, recolhido uma vez por semana na parte central da cidade e lançado em um terreno a céu aberto, localizado a 3 km da cidade. Nem sempre a população utiliza os recipientes adequadamente.

As zonas periféricas não são atendidas com coleta de lixo. A solução adotada pelos moradores é a queima ou o lançamento em terrenos baldios. Observa-se também grande quantidade de lixo nos quintais das

habitações. Apesar disso, não se registram casos de dengue no município, contrariamente à malária que é bastante freqüente.

Existe um projeto de aterro sanitário para Caseara, a ser construído a 13 km da cidade, elaborado pelo NATURATINS. Para o serviço de coleta e disposição dos resíduos sólidos, a Prefeitura dispõe de 02 caminhões com caçamba, sendo 01 alugado, 01 pá carregadeira e 2 tratores de pneus, que são utilizados também para apoio aos pequenos agricultores. O serviço de varrição de rua é feito por 11 garis.

Energia Elétrica e Iluminação Pública

A energia elétrica é fornecida por uma subestação localizada em Paraíso do Tocantins. São freqüentes os cortes no fornecimento, principalmente no inverno. Quando ocorre a queda de algum poste da rede, a reparação costuma ser demorada.

A iluminação pública na parte da Baixada é deficiente. No restante da cidade ela é satisfatória.

As Tabelas 8 e 9,a seguir, ilustram o consumo da energia elétrica.

Tabela 8
ESTRUTURA DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Ano	Consumo(Kwh)					
	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros	Total
1993	213	-	54	10	10	264
1994	273	-	49	43	309	674
1995	405	-	83	88	302	878
1996	575	-	83	96	338	991
1997	501	-	95	97	441	1 134
1998	520	-	121	97	437	1 175

Fonte: CELTINS - 2000

Tabela 9
CONSUMIDORES POR TIPO DE CONSUMO

Ano	Consumo(Kwh)					
	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros	Total
1993	356	-	29	05	20	410
1994	391	-	34	08	23	456
1995	412	-	37	12	22	484
1996	453	-	36	12	23	525
1997	464	-	41	13	23	541
1998	492	-	40	13	22	567

Fonte: CELTINS - 2000

Sistema Viário Urbano

A sede do Município apresenta uma malha viária ortogonal, bastante homogênea, no sentido NE em direção ao Lago do Casé e ortogonalmente a estas, no sentido NO.

Cabe destacar que as vias têm uma faixa de domínio bastante generosa, propiciando, se for o caso, a possibilidade de hierarquização, atualmente não existente.

Pequena parte da cidade é pavimentada. Em sua maioria as ruas se apresentam sem as calçadas e com pouca arborização, apesar da existência de grandes quantidade de árvores nos quintais das edificações.

Não existe rede de águas pluviais, sendo a coleta superficial, apresentando deficiência com acumulo de água em alguns pontos.

O sistema de sinalização e as indicações da nomenclatura das vias são bastante precários.

Cabe ainda destacar que a faixa de terra de uso público, ao longo do Lago, que possibilitaria uma abertura da cidade para o Lago Casé, propiciando um grande atrativo local, foi privatizada irregularmente.

Figura 09 – Abastecimento de Água

Figura 10 – Esgoto

Figura 11 – Coleta de Lixo

Figura 12 – Energia

Transportes

- **Rodoviario**

A principal rodovia do município é a TO-080, que liga a cidade a Palmas. As rodovias estaduais para Araguacema e Pium, passando por Marianópolis do Tocantins, não são pavimentadas e apresentam má conservação. Todas as outras ligações são de rodovias vicinais, municipais, também mal conservadas. É através da TO-080 que se dá o acesso ao sul do Pará, em direção à Santana do Araguaia, sendo a travessia do Rio Araguaia feita por intermédio de balsas, na foz do Rio Coco, cruzando também o Araguaia.

Caseara se liga a Palmas por transporte terrestre por meio de linha de ônibus regular com um horário diário nos dois sentidos. Além disso passam por Caseara uma vez por dia um ônibus que liga Vila Rica a Palmas, outro que faz Porto Alegre - Palmas, além de um terceiro que vai de Redenção a Goiânia.

Há um horário diário de Caseara a Paraíso do Tocantins, mas não há linha regular de transporte rodoviário para os outros municípios vizinhos.

A Tabela 10 apresenta a oferta de transporte rodoviário em Caseara.

Tabela 10
LINHAS DE ÔNIBUS INTERURBANO EM CASEARA

Empresa	Itinerário	Freqüência
Tocantinense	Caseara/Paraíso	diariamente
	Paraíso/Caseara	diariamente
Aguatur	Redenção/Caseara/Paraíso	diariamente
	Palmas/Caseara/Paraíso	diariamente
Transbrasiliana	Palmas/Caseara/Redenção	dia sim dia não
	Redenção/Caseara/Palmas	dia sim dia não
Marli	Caseara/Paraíso	dia sim dia não
	Paraíso/Caseara	dia sim dia não

Elaboração própria

- **Transporte Aéreo**

Não há transporte aéreo regular para Caseara. A pista de pouso, próxima às instalações do Parque Estadual do Cantão, não é pavimentada, não dispõe de infra-estrutura de apoio e ainda não foi homologada. Os grandes fazendeiros têm campo de pouso nas suas propriedades.

- **c) Hidroviário**

A travessia do rio Araguaia para ligar o estado do Tocantins ao Pará é feita por balsa, explorada pela iniciativa privada e em permanente funcionamento. A Naval, companhia que explora o serviço, é um dos maiores empregadores do município. O porto localiza-se na confluência dos rios do Coco e Araguaia, distante 4 km da cidade.

Na período de temporada de praia, há o serviço de translado do porto para a Praia da Ilha, que é controlado pela Associação de Barqueiros de Caseara.

2.2.1.4. Promoção Social

O município participa dos Programas Bolsa-Escola, com atendimento a aproximadamente 350 crianças, Força Jovem, com 103 pessoas entre jovens e agentes de apoio e PET – Pioneiros Mirins.

A distribuição de cestas básicas é feita regularmente com recursos próprios do Município para 15 a 40 famílias e eventualmente para um número maior, com recursos obtidos de programas especiais ou de transferência de verbas estaduais ou federais.

Não há creche no município, embora exista um projeto para a criação de uma. Segundo informações colhidas junto à Prefeitura, existe a perspectiva de liberação de uma verba, ainda em 2002, para sua construção.

É dada atenção especial aos jovens e mulheres, visando prepará-los para o estabelecimento de pequenos negócios e aumento das possibilidades de trabalho. Têm sido desenvolvidos projetos de artesanato, pintura, preparação de salgados e lanches e de corte e costura. O desenvolvimento de modalidades esportivas também é incentivado pela Secretaria de Ação Social, visando reduzir o envolvimento dos jovens com a prostituição e as drogas, principais problemas entre esta faixa da população.

2.2.1.5. Segurança Pública e Justiça

A Polícia Militar em Caseara conta com um sargento e sete soldados, além de outros dois soldados do CIPAMA. A PM desenvolve um trabalho de estreita cooperação com o NATURATINS na fiscalização ambiental.

Não há Corpo de Bombeiros em Caseara. A brigada de incêndio do NATURATINS encarrega-se de combater as queimadas irregulares.

Existe uma Delegacia em Caseara e uma cadeia. A comarca à qual a cidade está jurisdicionada localiza-se em Araguacema.

2.2.2. Potencialidade Turística

Raras vezes encontram-se reunidas em uma mesma porção de território tantas unidades de conservação, atrativos naturais e elementos de herança cultural como ocorre em Caseara, ocasionando novas estratégias para o desenvolvimento do ecoturismo no estado do Tocantins.

O Município integra o Corredor Turístico do Araguaia no qual estão sendo definidos Pólos prioritários para o desenvolvimento do ecoturismo, dentre eles Caseara.

A preocupação com as questões ambientais e, consequentemente, com a elevação do nível de consciência social sobre a importância do turismo e a busca pelo homem da preservação de ambientes naturais e culturais faz com o que o Governo Federal incentive a inclusão dos municípios no Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, do qual Caseara é integrante.

O Governo do Tocantins também definiu estratégias de planejamento para o Estado e definiu nove pólos para o desenvolvimento do turismo. O Pólo Ecoturístico do Cantão foi escolhido pelo Ministério do Meio Ambiente para receber investimentos do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR. O Programa baseia-se no objetivo central de gerar empregos e atividades diretas e indiretas para ampliar a arrecadação dos estados da região Norte.

Neste sentido, foi oficializado o Pólo Ecoturístico do Cantão, situado na região oeste do estado do Tocantins, cujo principal produto é o Parque Estadual do Cantão, com o principal acesso por Caseara.

Visando estimular o turismo e orientar a demanda para a visitação aos diferentes destinos e atrativos turísticos do Estado, o Governo do Tocantins criou quatro roteiros turísticos, a saber:

- Roteiro Ecoturístico;
- Roteiro Pesca Esportiva;
- Roteiro Histórico Cultural;
- Roteiro Místico Religioso.

Caseara está incluída nos dois primeiros. Sua localização à entrada do Parque Estadual do Cantão e a diversidade de ilhas e praias com temperatura agradável, paisagem bucólica e características amazônicas representam um forte apelo aos amantes do turismo de aventura e ao ecoturismo. A praia do Sol, próxima à cidade e a Praia da Ilha, no rio Araguaia, recebem um crescente número de turistas na temporada, que se estende de julho a setembro.

A grande quantidade de lagos, rios e igarapés piscosos são uma excelente opção para a pesca amadora.

O Parque Estadual do Cantão oferece excelentes alternativas para o ecoturismo. As instalações do primeiro módulo ecoturístico do Parque estão quase concluídas, o que ampliará as possibilidades de atendimento e orientação ao ecoturismo e ao turismo científico.

Visando ainda estimular o turismo e orientar a demanda para a visitação aos diferentes destinos e atrativos turísticos, o Governo do Estado e o Município têm iniciado estudos para determinar as condições favoráveis ao desenvolvimento ecoturístico. Estas ações estão voltadas à regulamentação de posse de áreas de propriedade particular que deverão estar condicionadas às exigências de preservação.

Fortalecendo a iniciativa da política de turismo do Governo Federal e Estadual, a Prefeitura Municipal de Caseara criou o Conselho Municipal de Turismo, constituído por membros do Poder Executivo e Legislativo e representantes de entidades não governamentais. Criou também o Fundo Municipal do Turismo (FUNDETUR), institucionalizou o Plano Municipal de Turismo, através da Lei Municipal n.º 165, de 28 de fevereiro de 2000, e dispõe sobre a prática do turismo no Município, através da Lei Municipal n.º 186, de 21 de março de 2001.

Por parte do estado, outros programas em estudo estão voltados à proteção a fauna e flora, educação ambiental, fiscalização, criação de novas unidades de conservação, bem como estudos específicos como as tartarugas, queimadas, piracema, praias visando à destino dos resíduos sólidos e doméstico da região e município.

Por ocasião da formulação das estratégias ecoturísticas para os Pólos e para o Município, deverão ser considerados os eventuais impactos ambientais que poderão ser causados na implantação e operação dos projetos hidroelétricos ou da hidrovia, tais como a submersão de suas praias fluviais durante a fase de enchimento dos reservatórios.

Os recursos econômico-financeiros do município devem voltar-se para a melhoria das infra-estruturas básicas para atendimento aos turistas, o que consequentemente beneficiará os moradores locais com oportunidades de trabalho e renda, capacitação para os serviços turísticos no setor de hotelaria, serviços de condutores ou guias de visitantes, artesanato, agricultura e outros serviços correlatos ao setor turístico ou ecoturístico.

O Quadro 2 apresenta um resumo dos atrativos turísticos do Município.

Quadro 2
ATRATIVOS TURÍSTICOS DE CASEARA

RIO ARAGUAIA

Um dos limites naturais do município de Caseara, na sua porção noroeste. Atraí adeptos do segmento da pesca esportiva, mas é mais conhecido pelas belíssimas praias que surgem no verão, com possibilidades para banhos/ acampamentos**.**

Local / atrativos	Descrição	Condições de acesso
Ilha da Paraíba Pertencente ao Parque Estadual do Cantão. - Praia do Avião - Lago do Paraíba	Inúmeras praias ao longo do rio e lagos no interior da Ilha com grande concentração, no verão, de avifauna nos pontos de represamento dos peixes (pássaros e grande diversidade de animais); Passeio de canoas com remo ou voadeiras com barqueiros regionais; Pesca profissional e amadora; e Áreas de observação de aves	Fácil, descendo-se o Rio Araguaia a partir do Porto da Balsa, a 8 km da sede do município.
Praia da Ilha Pertencente ao Parque Estadual do Cantão	Temporadas nos meses de julho e meados de agosto, recebendo três tipos de infra-estrutura de apoio: comércio, *camping* comercial e residencial.	Fácil, descendo-se o Rio Araguaia a partir do Porto da Balsa, a 2.11 km da sede do município.
Praia do Norte Pertencente ao Parque Estadual do Cantão, localizada dentro da Fazenda Alegria	Traslado de turistas feito por barqueiros locais	Fácil, 4 km de estrada até o Porto da Balsa e 5,3 km descendo-se o Rio Araguaia .

RIO COCO

É um dos limites naturais do município na sua porção oeste, até a foz do Rio Araguaia. Com extensão de 180 km, o rio proporciona agradáveis praias durante a temporada de verão (junho a setembro). Águas verde e mornas. Densa paisagem com características amazônicas em toda extensão. Ilhas variadas e belas. Fauna presente é composta de gaivotas, marrecos, mergulhões, capivaras, papagaios e outras espécies. Variedades imensas de peixes, sendo os mais comuns: tucunarés, jaú, curimbatá e barbado.Inúmeras praias existentes são utilizadas para acampamento local.

Local / atrativos	Descrição	Condições de acesso
Lago do Paredão Pertence à fazenda Paredão (Araguaçui)	Passeio de canoas com remo ou voadeiras; Grande quantidade e diversidade de pássaros; e Não é permitida a pesca no lago.	Fácil acesso, subindo o rio Coco a partir do Porto da Balsa ou do Porto Centro Administrativo PEC.
Praia do Fogoió Localizada fora do limite do Parque Estadual do Cantão	Utilizada como alternativa ao uso da Praia da Ilha; Necessário estudos identificação de áreas na mata ciliar para montagem de barracas e ranchos, estacionamento e ponto de embarque e desembarque de passageiros	

continua

continuação

PARQUE ESTADUAL DO CANTÃO

Unidade de Conservação, possuie lagoas, Cerrado, rios como o Araguaia e o Javaés. Localizado na Ilha do Bananal. Tem como limites: Norte, confluência Rio Araguaia e Coco; Oeste, rio Araguaia e illha do Bananal; Sul, rio Javaés; Leste, rio Coco. De propriedade do Governo Federal, a Unidade é administrada pelo IBAMA/TO. Região de grande riqueza biológica devido à mistura de ecossistemas. Várzeas típicas do cerrado cobrem três quartos da área. Vegetação é caracterizada por florestas secas, inundáveis e perenes. Animais de variadas espécies e portes encontram *habitat* rico em alimentos, em local seguro e intocado. No período de estiagem surgem nos três rios, praias e lhas de vegetação abundante, integrando a paisagem junto com matas de galeria. Nesta época é favorecida a observação de grande quantidade de animais silvestres e também a prática de pesca esportiva.

Local / atrativos	Descrição	Condições de acesso
Lago de Dentro Lago é mais conhecido como Torrão do finado Lorival.	Passeios diversos: no verão, passeios com canoas com remo, voadeiras ou a pé (trilhas com trechos molhados e secos); no Inverno, somente de canoas ou voadeiras; Águas transparentes/ esverdeadas - não oferece condições para banho pela concentração de piranhas, arraias e jacarés; Ambiente para contemplação da natureza e ponto de interligação com outros lagos do interior do PEC; Pesca amadora e profissional.	Fácil, subindo o rio Coco a partir do Porto da Balsa ou do Porto do Centro Administrativo do Parque Estadual do Cantão. Pertence ao município de Pium, mas o acesso se dá por Caseara.
Pesqueirão Formado por um conjunto de lagos	Passeio de canoas com remo ou voadeiras com barqueiros regionais; Trilha dos lagos.	Fácil, subindo-se o Rio do Coco a partir do Porto da Balsa ou do Porto do Centro Administrativo do Parque Estadual do Cantão.
Furo do Cicica e Furo da Barreirinha	Passeio pelos furos, de canoas com remo ou voadeiras com barqueiros regionais, com possibilidades inúmeras e muito interessantes - seja no verão ou no inverno No verão, passeios alternados: canoas/ caminhadas a pé.	Fácil, subindo-se o Rio do Coco a partir do Porto da Balsa ou do Porto do Centro Administrativo do Parque Estadual do Cantão pelo município de Caseara .
Local / atrativos	**Descrição**	**Condições de acesso**
Praia do Sol	Passeio de canoas com remo ou voadeiras por barqueiros regionais; Freqüentada quase exclusivamente por moradores do entorno; Formada por areia branca e fina, com águas de temperatura morna e tom esverdeado. A praia se forma na época da seca, de junho a setembro.	Fácil, seguindo-se 600 metros pela TO-080 asfaltada, que liga Marianópolis a Caseara, virando-se à direita e seguindo 2,2 km por estrada não pavimentada.

continua

continuação

LAGO DO CASÉ		
Local / atrativos	**Descrição**	**Condições de acesso**
Lago do Casé Lago mais conhecido como Torrão do finado Lorival. É formado pelo braço direito do rio Coco	Lago é conhecido pela beleza e variedade de formas e tamanho; Aproximadamente 400 lagos, formados por faixas de areia que recebem nomes dos moradores locais; Vegetação típica da floresta amazônica, com flora rica e abundante; Utilizada o ano inteiro, totalmente navegável, oferece condições ideais para pesca esportiva	Fácil, pois se encontra praticamente no centro da cidade.

2.2.3. Terceiro Setor

Representa o segmento social organizado, sem investidura de poder público, cujo objetivo é o desenvolvimento econômico, social e cultural no meio em que atuam. Nele se incluem as organizações não governamentais e outras instituições representativas de parcelas da sociedade civil, sem fins lucrativos, que geram bens e serviços públicos e privados.

Núcleo de Direitos Humanos

Organização da Sociedade Civil**,** ligada à Igreja Católica e ao Partido dos Trabalhadores, com atividades junto aos jovens da cidade, principalmente relacionadas à questão da droga e à busca de alternativas de ocupação da juventude.

Igreja Católica

Desenvolve trabalhos comunitários nos núcleos rurais.

Organizações Associativas

Funcionam em Caseara as seguintes organizações associativas:

Associação dos Barqueiros e Colônia dos Pescadores

Congrega os barqueiros que fazem o transporte de passageiros até as ilhas e a travessia do Araguaia para alcançar as margens no Pará e os pescadores da cidade.

A associação foi responsável pela organização do trabalho de transporte dos turistas para a praia, através dos barqueiros, levantando estatística das travessias. Colabora com a prefeitura na organização geral da temporada de praia.

O barqueiro é também pescador. Existe uma relação orgânica muito forte entre rio, praia, pesca, turista, barqueiro, pescador amador e pescador profissional. As restrições, cada vez mais severas, quanto a pesca amadora e profissional têm preocupado a Colônia de Pescadores, por falta de outra alternativa de sobrevivência.

Associação dos Mini Produtores Rurais das Ilhas do Cantão do Tocantins

Congrega os "Torrãozeiros", produtores rurais que exploram os torrões (áreas de terra mais altas, não inundáveis) das ilhas e margens do rio do Coco, na área do Parque do Cantão, no período de vazante. Trata-se de uma atividade tradicional na região, responsável pelo abastecimento de produtos de subsistência tradicionais como o arroz, feijão, milho e a mandioca. Como estão sendo retirados da área do Parque, criaram uma associação para defender seus interesses. Os "torrãozeiros" representam uma cultura muito particular do vale do Araguaia.

Associação dos Assentamentos Rurais

Em geral, todos os assentamentos possuem uma Associação, que funciona apenas para a captação de recursos de financiamento. O assentamento Araguaia tem uma agrovila já de tamanho considerável, que deve merecer atenção especial. O assentamento Caiapó, devido às condições da terra, com grandes problemas de inundação, e pelas dificuldades de apoio técnico e financeiro, encontra-se com grande número de lotes abandonados. As famílias que permaneceram, sobrevivem em condições de grandes dificuldades, algumas bem abaixo da linha de pobreza, ainda que proprietárias da terra. Em situação inversa encontra-se o assentamento União 2, onde cada família recebeu, além do lote, uma casa de alvenaria sem acabamento externo, financiamento de custeio, que vem sendo pago dentro dos prazos legais. Percebe-se, segundo entrevistas realizadas com técnicos do RURALTINS, uma melhoria nas condições de vida das famílias, após o assentamento.

Associação dos Municípios do Mesooeste

A partir de meados de 2001, os municípios da região, Caseara, Marianópolis, Divinópolis, Abreulândia, Araguacema, Dois Irmãos e Monte Santo iniciaram negociações com vistas à criação de uma Associação para viabilizar o encaminhamento e solução de problemas comuns. Em fevereiro de 2002, foi registrada a Associação dos Municípios do Mesooeste do Tocantins, da qual fazem parte todos os municípios mencionados. A Presidência da Associação é exercida por 2 anos, em sistema de rodízio entre os municípios, sendo Presidente atual o Prefeito de Dois Irmãos.

Outros municípios, dentre eles Pium, Chapada de Areia e Goianorte foram convidados para se integrarem à Associação.

2.3 – Pontos Forte e Fracos, Oportunidades e Riscos

As análises realizadas, entrevistas feitas com diferentes segmentos do poder público e da sociedade durante a fase de elaboração do diagnóstico da realidade atual do município e as oficinas de planejamento participativo permitiram reconhecer aspectos importantes para o desenvolvimento de Caseara. Dentre eles, podem ser destacados:

- a população tem crescido a taxas baixas, não se observando movimentos migratórios mais significativos;
- a base econômica está assentada na pecuária extensiva, degradadora e de baixa geração de empregos ou de receita para o município, bastante dependente de Paraíso do Tocantins, cidade polarizadora da região. A existência de um grande número de pequenas propriedades rurais pode favorecer a agricultura familiar, organização de formas associativas de produção e comercialização dos produtos, para ganho de produtividade e competitividade;
- a grande variedade de recursos naturais, a riqueza da fauna e da flora e a existência de diversas unidades de conservação favorece o desenvolvimento do turismo e do ecoturismo. Entretanto, para desenvolvê-los, é necessário implementar uma infra-estrutura turística e de apoio aos serviços turísticos, ambas completamente insuficientes para atender os fluxos turísticos que atualmente já são atraídos para Caseara;
- do ponto de vista social, observam-se carências na área da saúde e educação, no que concerne à quantidade e diversidade dos equipamentos comunitários para a prestação desses serviços. O número de profissionais qualificados é reduzido e a população de Caseara fica dependente dos centros maiores,

seja para avançar nos estudos, além do ensino fundamental ou médio, seja para o atendimento médico especializado. Não há espaços de lazer na cidade. As oportunidades de trabalho são muito reduzidas;

- os equipamentos urbanos são insuficientes ou inexistentes para o atendimento da população atual. Há necessidade de se melhorar a qualidade da água para abastecimento público, atualmente apenas clorada e de se ampliar a redes de abastecimento; de se construírem as redes de drenagem pluvial e esgotamento sanitário, absolutamente inexistente; de se implantar o aterro sanitário, já com projeto desenvolvido e recursos garantidos; de se melhorarem a distribuição de energia elétrica, a iluminação pública, de se ampliar a pavimentação das vias; de se cuidar do mobiliário urbano, de tratamento paisagístico e qualificação dos espaços públicos;
- a ocupação irregular e desordenada das áreas de preservação permanente no município, e particularmente às margens do Lago do Casé, está comprometendo a qualidade ambiental desses espaços;
- a capacidade de gestão da Administração Municipal está aquém do necessário para promover o desenvolvimento sustentável do município. Há necessidade de modernização da estrutura administrativa, capacitação das equipes, estruturação do sistemas de planejamento e gestão apoiado por um sistema de informações municipais; de melhoria dos procedimentos e de maior articulação do poder público municipal com os diversos organismos públicos e com o setor privado;
- A sociedade não se envolve efetivamente com as questões do desenvolvimento municipal. As iniciativas nesse sentido têm sido, muitas das vezes, de investidores de outros municípios que começam a perceber a potencialidade econômica do município, principalmente voltada para o desenvolvimento das atividades turísticas.

Como síntese dos aspectos analisadas nos itens anteriores, é apresentado o Quadro 3 que evidencia os pontos fortes ou fracos, as oportunidades e os riscos para o desenvolvimento do Município. Com eles foi possível a construção dos cenários futuros alternativos para o desenvolvimento de Caseara.

Da maior ou menor eficácia no tratamento dos aspectos relacionados no Quadro 3, no sentido de otimizar as vantagens e neutralizar as limitações ao desenvolvimento, é que resultará o nível mais ou menos satisfatório de desenvolvimento na busca *da cidade em que se quer viver* no *município que se quer construir*.

QUADRO 3

PONTOS FORTES E FRACOS, OPORTUNIDADES E RISCOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CASEARA

PONTOS FORTES / OPORTUNIDADES	PONTOS FRACOS / RISCOS
Localização geográfica estratégica	
Grande diversidade de atrativos turísticos naturais	Deterioração dos atrativos turísticos se não forem respeitadas suas capacidades de suporte
Facilidade de acesso ao Município e deste aos atrativos turísticos	Falta de estação rodoviária e de infra-estrutura para atendimento ao turista
Riqueza da fauna e da flora	Caça e pesca predatória
Qualidade da paisagem banhada pelos rios Araguaia, Javaés e Coco	Degradação pelo uso inadequado
Grande quantidade de rios e lagos	
Lago do Casé banhando a cidade	Cidade de costas para o lago
Possibilidades de desenvolvimento de modalidades diferenciadas de turismo de natureza	Inexistência de equipamentos turísticos e infra-estrutura de apoio
Interesse, principalmente ambiental, do Governo Estadual e externo ao Município em contribuir na instalação dos equipamentos urbanos e comunitários	Deficiência dos equipamentos urbanos e comunitários e do sistema viário urbano
Proximidade do Parque Estadual do Cantão	Não implementação do Plano de Manejo e Uso Público do Parque
Município inserido na APA Ilha do Bananal/Cantão	Não implantação da APA
Outras Unidades de Conservação como elementos importantes para o desenvolvimento do turismo	Fragilidade do meio ambiente
Fertilidade da terra	Utilização para a pecuária extensiva, de baixa geração de emprego e receita para o município
Cidade sem riscos de enchentes	Utilização desordenada e predatória das áreas de preservação permanente, principalmente às margens dos rios e lagos

continua

continuação

PONTOS FORTES / OPORTUNIDADES	PONTOS FRACOS / RISCOS
Segurança e tranqüilidade	Poucas oportunidades de educação, trabalho e lazer para os jovens
Existência de grande quantidade de pequenas e médias propriedades rurais	Assistência técnica precária e inadequada
	Dificuldade de acesso ao crédito para investimentos
	Assentamentos rurais não desenvolvidos
	Oportunidade de trabalho muito reduzida
	Administração pública deficiente
	Pouca participação da sociedade nas questões de desenvolvimento

3. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA

3.1. Considerações Gerais

A construção dos cenários alternativos de desenvolvimento municipal visa sistematizar as possibilidades de desenvolvimento do Município, ou seja, como ele poderá vir a ser no futuro, atendendo ao conceito de sustentabilidade.

Mostram visões possíveis de futuro que contemplam os aspectos econômicos, sociais, culturais, político-institucionais e físico-ambientais. Os cenários não predizem o futuro, mas organizam, sistematizam e delimitam alternativas de desenvolvimento, explorando os rumos possíveis.

Os cenários correspondem, de forma resumida, ao modelo da cidade/município desejado.

3.2. Os Cenários para Caseara

As alternativas de potencialização dos aspectos positivos e do enfrentamento dos negativos relacionados no Quadro 3 possibilitaram a construção de três Cenários Futuros alternativos para Caseara:

1) Cenário Tendencial

2) Cenário de Médio Dinamismo

3) Cenário de Dinamismo Sustentável

3.2.1 Cenário Tendencial

Neste cenário, o Município de Caseara apresenta-se como reflexo das características sócio-econômicas regionais, nacionais e mundiais hoje prevalecentes, crescendo no ritmo atual, não sendo feito qualquer investimento por parte dos governos federal, estadual e municipal nem atraindo investidores privados.

Esse panorama de quase imobilidade provoca:

1 – Economia estagnada decorrente de uma retração da economia brasileira, com diminuição da capacidade de investimento público;

2 – Não aumento do número de empregos no município;

3 – Estagnação e degradação ambiental pela deficiência no processo de controle e fiscalização e pela ausência de educação ambiental;

4 – Aumento das grandes propriedades rurais utilizadas para agricultura e pecuária, com o incremento da expulsão do pequeno agricultor assentado para a cidade;

5 – Baixa perspectiva de que o índice de desenvolvimento humano se altere, dentro do seguinte panorama:

- Índice de escolaridade baixo;
- Índice de mortalidade infantil sem melhoria;
- Atual índice de desemprego mantido;
- Empregos com rendimento insuficiente para a auto-sustentação;
- Pequeno número de habitações com abastecimento de água adequado;
- Rede de esgotamento sanitário e de drenagem pluvial inexistentes;
- Pequeno número de ruas pavimentadas;
- Coleta e disposição final de resíduos sólidos precários;
- Precário atendimento médico.

6 – Dificuldades administrativas, sem melhoria na gestão, pela manutenção do atual quadro de ausência de planejamento e de falta de integração entre os diversos setores da atuação municipal;

7 - Pequeno investimento na infra-estrutura básica de abastecimento de água, esgotamento sanitário, tratamento dos resíduos sólidos, pavimentação etc.;

O quadro 4, a seguir, apresenta as dimensões e atributos do Cenário Tendencial.

QUADRO 4
DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO TENDENCIAL

DIMENSÕES	ATRIBUTOS
ECONÔMICA	1. Economia estagnada 2. Comércio sem dinamismo 3. Turismo incipiente 4. Predominância de latifúndios 5. Atividade pesqueira predatória 6. Ausência de assistência técnica e creditícia ao pequeno e médio produtor 7. Opções de trabalho muito reduzidas, especialmente para os jovens 8. Mão-de-obra pouco qualificada para o turismo 9. Inexistência de agências bancárias 10. Abastecimento de combustível deficiente 11. Rede hoteleira sem melhoria 12. Poucos investimentos financeiros
SOCIAL	1. Índice de analfabetismo sem redução 2. Taxa de evasão escolar inalterada 3. Índice de mortalidade infantil mantido 4. Demanda de escolas para educação de crianças até quatro anos, educação infantil e de primeiro grau 5. Falta de oportunidade de educação e de lazer para os jovens 6. Nível fraco do ensino
FÍSICO AMBIENTAL	1. Estruturas urbanas sem organização 2. Estagnação e degradação ambiental 3. Pequeno investimento em saneamento ambiental, sem melhoria da oferta de abastecimento de água tratada, do sistema de esgotamento sanitário e da coleta e disposição de resíduos sólidos; 4. Unidades de Conservação sem implementação, plano de manejo e uso público 5. Desmatamento e incêndio florestais constantes 6. Invasão das áreas com potencial turístico 7. Inexistência de estação rodoviária 8. Espaços públicos urbanos deteriorados 9. Praias sem infra-estrutura básica

continua

continuação

DIMENSÕES	ATRIBUTOS
INSTITUCIONAL	1. Administração municipal carente de recursos técnicos e humanos 2. Ausência de instrumentos de gestão municipal e ambiental 3. Ausência de estrutura arrecadatória, dependente da transferência de recursos da União e do Estado 4. Fragilidade na aplicação da legislação ambiental 5. Falta de planejamento das ações municipais 6. Pouca participação da sociedade nas questões do desenvolvimento municipal 7. Questão ambiental em segundo plano para o poder público e sociedade 8. População não comprometida com a limpeza urbana 9. Pouca conscientização da população sobre a importância do turismo

CENÁRIO TENDENCIAL: Expansão Urbana

Inserir planta do cenário tendencial **Figura 13 – Cenário Tendencial**

3.2.2 Cenário de Médio Dinamismo

Este cenário pressupõe que a médio prazo haja um processo de integração e estabilidade econômica no contexto internacional, nacional e regional, com crescimento moderado da economia brasileira, onde se prevêem:

1 – Investimentos a médio prazo no Município, por parte dos governos estadual e federal, continuando o processo de polarização de Paraíso do Tocantins;

2 – Base produtiva com médio crescimento e predomínio das atividades agropecuárias, tímido incremento do turismo, limitado surgimento do processo de verticalização do setor primário e potencialização dos pequenos e médios produtores rurais;

3 – Conservação dos recursos ambientais e naturais, com a implantação de mecanismos e instrumentos de gestão ambiental;

4 – Médio desenvolvimento humano, com ampliação e melhoria moderada das ações nas áreas de educação, saúde e saneamento ambiental;

5 – Início de implementação do processo de planejamento e gestão urbana, com baixo nível de participação social.

O quadro 5, a seguir, apresenta as dimensões e atributos do Cenário de Médio Dinamismo.

QUADRO 5
DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO DE MÉDIO DINAMISMO

DIMENSÕES	ATRIBUTOS
ECONÔMICA	1. Base produtiva pouco diversificada, ainda com o predomínio da pecuária extensiva 2. Predominância das atividades do setor primário 3. Pequeno crescimento das atividades agro-industriais 4. Pouco crescimento da pesca profissional 5. Pequena melhoria da assistência técnica e creditícia ao pequeno e médio produtor 6. Dependência de outros centros polarizadores 7. Comércio de abrangência local e até regional mas sem competitividade 8. Rede hoteleira ainda precária 9. Pequeno aumento nas oportunidades de trabalho 10. Atividade turística em processo de desenvolvimento 11. Algumas iniciativas de capacitação profissional para o turismo 12. Surgimento de alguns estabelecimentos de serviços diversificados como agências bancárias, postos de abastecimento, restaurantes e lanchonetes etc.
SOCIAL	1. Surgimento de novas escolas para educação de crianças até quatro anos, educação infantil e de primeiro grau 2. Pequena melhoria na qualidade do ensino nos diferentes níveis 3. Redução incipiente da mortalidade infantil e das doenças de veiculação hídrica 4. Provimento de alguns espaços de lazer 5. Diminuição dos índices de analfabetismo e de evasão escolar
FÍSICO AMBIENTAL	1. Conservação dos recursos naturais e ambientais 2. Unidades de conservação com alguma infra-estrutura 3. Atendimento da população com abastecimento de água de qualidade 4. Pequena parcela da população servida com sistema de esgotamento sanitário 5. Implantação de aterro sanitário 6. Espaços públicos melhorados, mas com pouca manutenção 7. Implementação de política habitacional mais eficiente 8. Pequena redução das áreas invadidas, sem solução definitiva do problema, permanecendo ainda algumas áreas de preservação permanente ocupadas 9. Praias ainda sem infra-estrutura básica adequada

continua

continuação

DIMENSÕES	ATRIBUTOS
INSTITUCIONAL	1. Instrumentos de gestão ambiental e urbana existentes, mas de baixa aplicabilidade 2. Base fiscal pouco organizada, com evasão da arrecadação 3. Instalação a médio prazo do sistema de planejamento urbano 4. Administração pública ainda incipiente, sem capacidade de administrar todos os problemas 5. Início do processo de participação da sociedade nas questões de desenvolvimento do município

CENÁRIO DE MÉDIO DINAMISMO: Expansão Urbana

INSERIR PLANTA DO CENÁRIO DE MÉDIO DINAMISMO Figura 14 – Cenário Médio Dinamismo

3.2.3. Cenário de Dinamismo Sustentável

É um cenário otimista, que pressupõe um contexto econômico estável no nível mundial, nacional e regional, com possibilidades de gerar recursos para investimentos. Como reflexo, pode-se pressupor uma economia local mais dinâmica, com melhoria considerável da capacidade de investimentos por parte da administração local e aumento da atratividade para os investidores privados, o que trará, como conseqüência, a elevação dos índices de desenvolvimento humano.

Este cenário viabilizar-se-á com maior ou menor intensidade se na próxima década:

1 – Houver implementação das ações previstas na região para o Eixo Nacional de Integração Araguaia-Tocantins, com investimentos públicos e privados na região e no município (em especial a estrutura portuária vinculada à Hidrovia);

2 – Houver dinamismo na economia, com altas taxas de desenvolvimento e equilíbrio na rede urbana regional quanto ao processo de polarização;

3 – For estruturada uma base produtiva diversificada, com o desenvolvimento do turismo e do ecoturismo, crescimento das atividades agro-industriais resultantes da verticalização do setor primário, com destaque para a pequena e média propriedade;

4 – For garantida a conservação dos recursos naturais e ambientais, em especial das Unidades de Conservação, com implementação de mecanismos de planejamento e gestão ambiental;

5 – Houver elevação do índice de desenvolvimento humano, face à existência de recursos para a melhoria da oferta de educação, saúde, saneamento, pavimentação, disposição dos resíduos sólidos;

6 – Houver sucesso na gestão urbana, principalmente com implementação de um processo participativo de planejamento e gestão.

O quadro 6, a seguir, apresenta as dimensões e atributos do Cenário de Dinamismo Sustentável.

QUADRO 6
DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO DE DINAMISMO SUSTENTÁVEL

DIMENSÕES	ATRIBUTOS
ECONÔMICA	1. Espaço econômico dinâmico com base produtiva diversificada 2. Desenvolvimento da piscicultura com a implantação de tanques-rede 3. Desenvolvimento da atividade pesqueira 4. Crescimento de atividades agroindustriais e verticalização da produção 5. Fortalecimento da agricultura familiar e da pequena propriedade rural 6. Melhoria da assistência técnica e creditícia ao pequeno e médio produtor 7. Comércio diversificado e competitivo 8. Expansão da construção civil 9. Consolidação do turismo e do ecoturismo 10. Proliferação de pequenas e micro empresas 11. Expansão das oportunidades de capacitação profissional 12. Geração de emprego e renda 13. Implantação de estrutura portuária e de espaços para o comércio atacadista 14. Ampliação e diversificação da rede hoteleira 15. Diversificação e melhoria do setor de Serviços com a implantação de novos estabelecimentos
SOCIAL	1. Ampliação das escolas para educação de crianças até quatro anos, educação infantil e de primeiro grau 2. Crescimento migratório em conseqüência da construção da hidrovia 3. Redução dos índices de mortalidade infantil e de doenças de veiculação hídrica 4. Redução do índice de analfabetismo e instalação de escolas profissionalizantes voltadas ao turismo 5. Criação de espaços de lazer 6. Melhoria da qualidade do ensino nos diversos níveis 7. Melhoria da infra-estrutura de segurança 8. Construção de habitações em substituição às habitações sub-normais

continua

continuação

DIMENSÕES	ATRIBUTOS
FÍSICO AMBIENTAL	1. Conservação permanente dos recursos naturais e ambientais 2. Implementação de política habitacional mais eficiente 3. Implantação das unidades de conservação existentes 4. Melhoria dos espaços públicos urbanos, como pavimentação das vias de veículos e pedestres, praças, arborização. 5. Ampliação da rede de abastecimento de água 6. Construção de rede e tratamento de esgoto sanitário 7. Melhoria da limpeza pública 8. Melhoria da coleta e da disposição final de resíduos sólidos 9. Áreas de preservação permanente, em especial às margens do Lago Casé, recuperadas para o uso público 10. Implantação de infra-estrutura adequada às atividades turísticas
INSTITUCIONAL	1. Instalação e funcionamento do sistema de planejamento e gestão municipal 2. Instalação de funcionamento do sistema de informações municipais 3. Administração municipal capacitada para o desempenho de suas funções 4. Estruturação da base fiscal 5. Eficiência dos instrumentos de gestão ambiental e urbana 6. Instalação de consórcios intermunicipais para ações de saúde, educação, gestão urbana e ambiental etc. 7. Participação ativa da sociedade no processo de planejamento e gestão

CENÁRIO DE DINAMISMO SUSTENTÁVEL: Expansão urbana

INSERIR PLANTA DESTE CENÁRIO Figura 15 – Cenário de Dinamismo Sustentável

3.3 O Cenário Futuro Desejado

A discussão dos aspectos positivos e negativos de cada um dos três cenários, e suas correspondentes implicações no desenvolvimento municipal, fez com que o Cenário de Dinamismo Sustentável, com alguns ajustes em relação aos atributos das diferentes dimensões, fosse selecionado em oficina de Planejamento Participativo, realizada com esta finalidade, como o Cenário Futuro Desejado para Caseara. A partir desta seleção, ele passa a se constituir a referência para a estruturação das propostas do Plano Diretor e das linhas estratégicas de desenvolvimento e expansão urbana. O resultado final da seleção está registrado no Quadro 7, a seguir:

QUADRO 7
DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO FUTURO DESEJADO

DIMENSÕES	ATRIBUTOS	RELEVÂNCIA[1]
ECONÔMICA	5. Fortalecimento da agricultura familiar e da pequena propriedade rural	**1ª**
	9. Consolidação do turismo e do ecoturismo	**2ª**
	2. Desenvolvimento da piscicultura com a implantação de tanques-rede	**3ª**
	6. Melhoria da assistência técnica e creditícia ao pequeno e médio produtor	**4ª**
	5. Espaço econômico dinâmico com base produtiva diversificada	**5ª**
	4. Crescimento de atividades agroindustriais e verticalização da produção	**6ª**
	11. Expansão das oportunidades de capacitação profissional	**7ª**
	12. Geração de emprego e renda	**8ª**
	15. Diversificação e melhoria do setor de Serviços com a implantação de novos estabelecimentos	**9ª**
	10. Substituição da atividade pesqueira pela piscicultura	**10ª**
	7. Comércio diversificado e competitivo	**11ª**
	E8. xpansão da construção civil	**12ª**
	10. Proliferação de pequenas e micro empresas	**13ª**
	13. Implantação de estrutura portuária e de espaços para o comércio atacadista	**14ª**
	14. Ampliação e diversificação da rede hoteleira	**15ª**

continua

continuação

DIMENSÕES	ATRIBUTOS	RELEVÂNCIA[1]
SOCIAL	6. Melhoria da qualidade do ensino nos diversos níveis	1ª
	4. Redução do índice de analfabetismo e instalação de escolas profissionalizantes voltadas ao turismo e à agropecuária	2ª
	1. Ampliação das escolas para educação de crianças até quatro anos, educação infantil e de primeiro grau	3ª
	8. Construção de habitações adequadas em substituição às sub-normais	4ª
	3. Redução da mortalidade infantil e doenças por veiculação hídrica	5ª
	5. Criação de espaços de lazer	6ª
	7. Melhoria da infra-estrutura de segurança	7ª
	2. Crescimento migratório em conseqüência da construção da hidrovia	8ª
FÍSICO-AMBIENTAL	5. Melhoria da qualidade da água e ampliação da rede de abastecimento de água	1ª
	8. Melhoria da coleta e da disposição final de resíduos sólidos	2ª
	6. Construção de dependências sanitárias e de rede e tratamento de esgoto sanitário	3ª
	7. Melhoria da limpeza pública	4ª
	2. Implementação de política habitacional mais eficiente	5ª
	4. Melhoria dos espaços públicos urbanos, como pavimentação das vias de veículos e pedestres, praças, arborização	6ª
	9. Áreas de preservação permanente, em especial às margens do Lago Casé, recuperadas para o uso público	7ª
	3. Implementação das unidades de conservação existentes	8ª
	10. Implantação de infra-estrutura adequada às atividades turísticas	9ª
	1. Conservação permanente dos recursos naturais e ambientais	10ª
	13. Implantação de um posto bancário	11ª
	11. Implantação de sistema de telefonia celular	12ª
	12. Melhoria do atual sistema de comunicação	13ª
INSTITUCIONAL	3. Administração municipal capacitada para desempenho funções	1ª
	7. Participação ativa da sociedade no processo planejamento e gestão	2ª
	1. Instalação/ funcionamento sistema planejamento e gestão municipal	3ª
	5. Eficiência dos instrumentos de gestão ambiental e urbana	4ª
	2. Instalação de funcionamento do sistema de informações municipais	5ª
	6. Implementação e divulgação da Associação de Municípios Mesoeste	6ª
	4. Estruturação da base fiscal	7ª

1 – Classificação sequencial segundo o grau de importância.

4. O PROJETO DA CIDADE / MUNICÍPIO

4.1. O Plano Diretor como Instrumento Básico da Política de Desenvolvimento e Expansão Urbana

Constitucionalmente, o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, cuja finalidade principal deve ser a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. O Poder Público Municipal é o responsável pela promoção dessa política.

Conforme estabelece o Estatuto da Cidade entre outras diretrizes, a política para o desenvolvimento e expansão urbana, deve assegurar o bem-estar de seus habitantes, mediante:

- a distribuição dos ônus e benefícios decorrentes das obras e serviços de infra-estrutura urbana e a recuperação parcial, para a coletividade, da valorização imobiliária resultante da ação do Poder Público;
- a regularização fundiária e a urbanização específica de áreas ocupadas por população de baixa renda;
- a incorporação voluntária da iniciativa privada no financiamento dos custos de urbanização e da ampliação e transformação dos espaços públicos da Cidade;
- a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana.

A política de desenvolvimento e expansão urbana do município de Caseara concretiza-se e se implementa como **o projeto da cidade,** caracterizado por seu Objetivo Central e pela definição das Linhas Estratégicas para seu alcance, nos termos dos itens que se seguem.

4.2. Objetivo Central

Caseara desenvolvida de acordo com os princípios de sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental, por meio da potencialização de sua vocação para o turismo e a agropecuária.

4.3. Linhas Estratégicas

As Linhas Estratégicas são o caminho a ser percorrido para o Município alcançar seu objetivo central. Para sua implementação exigirão um conjunto de ações, a serem detalhadas em programas e projetos setoriais e específicos.

As Linhas Estratégicas definidas para Caseara são oito, a saber:

LE 1 - **Modernização, diversificação e verticalização da agropecuária**
Definida para ampliar as possibilidades de exploração das propriedades rurais, com ênfase para as pequenas e médias, com o melhor aproveitamento das suas potencialidades, incremento.

LE 2 - **Desenvolvimento do turismo e do ecoturismo**
Definida para possibilitar o desenvolvimento turístico, com aproveitamento do grande potencial do município e da região, representado principalmente pela excepcional quantidade e diversidade de seus recursos naturais, de forma racional e como alavancador do processo de desenvolvimento municipal.

LE 3 - **Melhoria das condições das habitações**,
Definida para garantir a todos os habitantes de Caseara condições adequadas de habitabilidade em suas residências, como cumprimento do preceito constitucional de que todos os cidadãos brasileiros têm direito à moradia digna.

LE 4 – **Melhoria dos equipamentos urbanos, sistema viário e limpeza pública**
Definida para permitir a superação dos *deficits* atualmente existentes entre a oferta e a demanda em relação aos equipamentos e serviços oferecidos pelo poder público.

LE 5 – **Melhoria dos equipamentos comunitários**
Definida para possibilitar o desenvolvimento de atividades voltadas à ampliação da rede ou aperfeiçoamento dos serviços de saúde, educação, cultura, esporte, lazer e segurança

LE 6 - Proteção ambiental
Definida para garantir o perfeito equilíbrio entre a utilização racional dos recursos naturais e o desenvolvimento sócio-econômico e a manutenção da qualidade do meio ambiente, dentro do princípio da sustentabilidade.

LE 7 - **Modernização e melhoria da gestão pública**
Definida para estruturar e capacitar a Administração Municipal para a implementação do processo de planejamento e gestão a ser instaurado a partir do Plano Diretor.

LE 8- **Participação da sociedade no processo de planejamento e gestão**
Definida para garantir que o processo de planejamento e gestão seja apropriado pela população e se desenvolva de maneira eficaz e compartilhada entre o poder público e a sociedade, como a expressão da vontade de todos os cidadãos de Caseara.

4.4 - Macrozoneamento

Entende-se por macrozoneamento a divisão territorial do município em áreas integradas, possibilitando o planejamento adequado para implantação das diretrizes definidas neste Plano.

O macrozoneamento proposto por este Plano incorpora diretrizes normativas para o disciplinamento da conservação da biodiversidade, uso e ocupação do solo e utilização de recursos naturais, formulado no Zoneamento Ambiental da APA Ilha do Bananal/Cantão.

São as seguintes zonas estabelecidas para o Município de Caseara:

Zona Urbana – ZU

Compreende os terrenos loteados e os ainda não loteados, destinados aos crescimento normal do assentamento urbano, localizados dentro do perímetro urbano, correspondendo à parte da Zona de Usos Especiais da APA Ilha do Bananal/Cantão.

Zona de Preservação – ZP

Localizada à margem direita do rio Araguaia, são as áreas com características originais dos ecossistemas e as áreas consideradas estratégicas para a garantia de preservação dos recursos e reservas naturais, correspondendo à Zona de Preservação da APA, áreas tendo como objetivo:

- preservar a biodiversidade local e regional, de modo a garantir a evolução natural dos processos ecológicos;
- proteger e garantir a existência de populações de fauna e flora viáveis através de trocas gênicas;
- proteger os cursos de água da APA e os ecossistemas associados a eles.

Zona Rural – ZR

Constituída dos terrenos restantes do Município, não destinados a fins urbanos, nela incluída parte da bacia do rio Caiapó, correspondente às Zonas de Desenvolvimento Econômico da Área de Proteção Ambiental.

MACROZONEAMENTO

Inserir planta do município com o macrozoneamento

Figura 16 – O Município e o Macro-Zoneamento

Figura 17 – Indicações para o perímetro urbano

4.5 - Os Aspectos Físico-urbanísticos da Cidade Desejada

A *cidade desejada* deve permitir o perfeito equilíbrio entre o desenvolvimento e a proteção ambiental, com a preservação dos valores vinculados ao meio ambiente natural, fundamentais para a boa qualidade de vida, e os valores vinculados ao meio ambiente construído, necessários para promover o desenvolvimento e as práticas sociais do cotidiano.

Assim estruturada, Caseara deve passar a ser uma cidade solidária, com espaços urbanos atrativos, competitiva e eficiente, cidade de oportunidades, voltada para a organização da produção no setor primário e para o desenvolvimento do turismo.

Deve atingir novos padrões em serviços de educação e saúde, cultura, de equilíbrio social, respeitosa da coisa pública e do meio ambiente.

Deve tornar-se uma cidade apta a investir trabalho e mais valia no beneficiamento e comercialização da produção agropastoril, ao mesmo tempo acolhedora e participativa, a oferecer a seus moradores e aos visitantes serviços de qualidade vinculados ao usufruto de sua paisagem e ao incentivo às atividades turísticas e de lazer.

Do ponto de vista físico-urbanístico, a cidade de Caseara deverá estruturar-se como um espaço urbano atrativo, bem organizado:

- com um sistema viário eficiente e suficientemente hierarquizado para oferecer condições adequadas de circulação e transporte;
- com usos e formas de ocupação que se complementem e enriqueçam mutuamente;
- com espaços públicos integrados, de modo a existir continuidade para a circulação não só de veículos mas, principalmente, dos pedestres;
- com a configuração de espaços agradáveis, protegidos do sol e dos ventos, de modo a possibilitar o reconhecimento e a orientação da população que os usufrui e a favorecer o encontro espontâneo das pessoas e o desenvolvimento das práticas sociais;

Em Caseara, o espaço urbano deverá estruturar-se em torno das seguintes diretrizes:

Ampliação, revitalização e reconfiguração da área da orla do Lago Casé e do rio do Coco.

Esta requalificação da orla deve fortalecer a integração da cidade com o entorno fluvial imediato, onde ocorre uma série de áreas de interesse paisagístico a serem aproveitadas.

Deve considerar usos e formas de ocupação, assim como a instalação de mobiliário urbano adequado e tratamento paisagístico condizente com a valorização da orla como espaço de entretenimento e lazer.

Deve ser incentivada a instalação de equipamentos adequados para esportes náuticos, centros esportivos, quadras poliesportivas, praças com palcos para apresentações artísticas, parques lineares com passeios, "ruas" para pedestres com comércio, bares e restaurantes, centros de visitantes, centros de pesquisa sobre fauna e flora e exemplos de recuperação ambiental e minipousadas.

As áreas das ilhas "além-orla", por suas praias, devem ser preservadas como espaços turísticos de valor nos períodos de seca.

Consolidação da Área Central

Sem excluir os usos residenciais, devem ser criadas condições (tamanho dos lotes e dimensionamento do sistema viário) para a instalação de estabelecimentos de comércio e serviços para o atendimento da população e dos turistas.

Localização de Grandes Áreas

Para equipamentos de produção e armazenamento, indústrias não poluentes, serviços de abastecimento, entrepostos de porte etc. ao longo da margem direita da rodovia TO-080, sentido Caseara – Pará.

A existência da rodovia facilita a acessibilidade a estes equipamentos, retirando do tráfego pela cidade os veículos de carga, cuja circulação é potencial geradora de conflitos.

Sistema viário ordenado e devidamente hierarquizado

Deve ligar as diferentes áreas, em consonância com os diferentes fluxos de veículos e pedestres gerados nas mesmas. Nesse sentido, confirma a estruturação "longitudinal" da cidade, que se organiza de certa maneira de forma "paralela" à orla do rio, com a estruturação de dois eixos principais: um junto à orla, ao longo do qual deverão ser dispostos os equipamentos de entretenimento e lazer, e outro central, mais voltado para as atividades de comércio e serviços mais frequentes. Além dessas duas vias, valorizam-se alguns eixos "transversais", perpendiculares a elas, para ligar a cidade aos equipamentos organizados junto à rodovia.

Esses eixos exercem a função de vias arteriais da cidade, enquanto as demais serão consideradas secundárias, de distribuição para atender à demanda dos acessos locais.

Inserir planta da cidade desejada (croquis) Figura 18 – Proposta da Cidade Desejada

Figura 19 – A Zona de Interesse Ambiental

4.6 - Uso e Ocupação do Solo na Zona Urbana

Em complementação ao macrozoneamento apresentado no item 4.4, são definidas áreas de usos específicos para a zona urbana, a fim orientar o desenvolvimento da cidade de Caseara. Esta concepção dos usos deverá ser formalizada na Lei de Uso e Ocupação do Solo da Zona Urbana.

É a seguinte a definição das áreas:

Áreas Industriais e de Abastecimento

Caracterizadas pelos usos de atividades de produção e transformação. Dependendo dos graus de incomodidade das atividades em pauta, poderão ser admitidos, nessas áreas, usos residenciais e atividades de comércio e serviços.

Áreas Habitacionais

Destinadas ao uso residencial, de comércio varejista e serviços.

Áreas de Interesse Ambiental

Constituídas pelos espaços de entretenimento e lazer localizados às margens do Lago do Casé e Rio do Coco

Área Central

Caracterizada pelo uso residencial, de comércio e serviços mais densos, exercendo a função de centralidade do núcleo urbano. Faz a integração das diferentes áreas da cidade e a ligação entre as áreas industriais e de abastecimento e de interesse ambiental.

Inserir planta de uso e ocupação do solo Figura 20 - Uso e Ocupação do Solo

4.7. - Sistema de Planejamento e Gestão Urbana

Objetivando a implementação do Plano Diretor, há que se estabelecer um sistema de planejamento e gestão urbana, para o qual são apresentadas, a seguir, algumas indicações básicas.

O Sistema de Planejamento e Gestão Urbana é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos que objetivam a coordenação das ações dos setores público e privado e da sociedade em geral na integração entre os diversos programas e ações setoriais.

Compete ao Sistema de Planejamento e Gestão Urbana articular as ações dos órgãos da administração direta e indireta do Município, bem como da iniciativa privada, para a implementação do Plano Diretor.

O Sistema será composto pelos órgãos da administração municipal e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento de Caseara, constituído por representantes do poder público, do setor privado e da sociedade organizada.

Assim, a Administração Municipal poderá atender aos casos omissos nas leis regulamentadoras do desenvolvimento municipal e conduzir a aplicação dos dispositivos legais de forma dinâmica e permanente, observando os interesses superiores da qualidade de vida, do desenvolvimento econômico e social sustentável, do crescimento urbanístico ordenado, do respeito ao que está na esfera do direito privado, tendo sempre em primeiro plano a preservação do interesse público.

Como apoio ao Sistema de Planejamento e Gestão Urbana, deverá ser estruturado o Sistema de Informações do Município de Caseara, com o objetivo de fornecer informações para atender o processo de planejamento municipal em todos os seus níveis, acompanhar e monitorar as ações inerentes à implementação da política de desenvolvimento e expansão urbana

Para operar estrategicamente, é necessário que o Sistema de Planejamento e Gestão tenha uma estrutura organizativa específica, composta de mecanismos institucionais de coordenação dos projetos e avaliação dos resultados, articuladamente com a Lei do Orçamento Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PPA), para formalizar a destinação de recursos econômicos orçamentários para as ações**.**

A atividade de acompanhar e monitorar demanda a estruturação de um sub-sistema de monitoramento das ações**,** que utilizará indicadores produzidos a partir do Sistema de Informações do Município de Caseara e de procedimentos destinados ao conhecimento da evolução e ao acompanhamento dos resultados de

implementação dos planos, programas e projetos. Tal monitoramento deve possibilitar a tomada de decisões para correções de rumo para o alcance dos resultados esperados e a avaliação dos impactos decorrentes da implementação das linhas estratégicas do Plano Diretor.

5. AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO

As linhas estratégicas (LE) definidas para se atingir o objetivo central estabelecido para o Muni´cipio viabilizar-se-ão por meio da implementação de um conjunto de ações correlatas e interdependentes. São elas:

LE 1 - Modernização, diversificação e verticalização da agropecuária

Definida para ampliar as possibilidades de exploração das propriedades rurais, com ênfase para as pequenas e médias, com o melhor aproveitamento das suas potencialidades, incremento da produtividade e competitividade e aumento das oportunidades de trabalho e geração de renda.

A 1.1. Estimular a agricultura familiar e a pequena propriedade rural
Visa aproveitar o potencial agrícola do município, viabilizando a utilização das pequenas propriedades com geração de emprego e renda.

A 1,2. Melhorar a assistência técnica e creditícia ao pequeno e médio produtor
Visa fazer gestões junto aos organismos de assistência técnica para a obtenção de assessoramento e orientações adequados à região e junto aos órgãos financiadores para flexibilizar as exigências de garantias e facilitar o acesso ao crédito para o pequeno e médio produtor, de forma a viabilizar sua capacidade de produção.

A 1.3. Promover formas associativas de produção e comercialização dos produtos
Visa organizar os pequenos empresários, seja do comércio ou da agropecuária, em formas associativas, objetivando conseguir melhores condições na compra de insumos e na comercialização de seus produtos.

A 1.4. Ampliar a eletrificação rural
Visa estender a rede de energia elétrica a todas as propriedades para que elas possam ter melhores condições de desenvolvimento de suas atividades.

A 1.5. Desenvolver a apicultura, fruticultura e a horticultura
Visa orientar tecnicamente e apoiar financeiramente o pequeno produtor no desenvolvimento dessas atividades, de forma a viabilizá-las em suas propriedade, respeitadas as características de cada uma delas.

A 1.6. Substituir a atividade pesqueira pela piscicultura
Visa aproveitar os recursos hídricos do município, substituindo a atividade pesqueira, que é predatória, com o requalificação dos profissionais envolvidos, pela piscicultura, atividade geradora de emprego, que pode ser desenvolvida durante todo o ano, seja com a utilização de fazendas de peixes, seja por meio de tanques-redes.

A 1.7. Implantar agroindústrias de derivados do leite, polpa de frutas etc
Visa promover a verticalização dos produtos agro-pecuários, de forma a lhes agregar valor, melhorando dessa forma as condições para sua comercialização.

LE 2 - Desenvolvimento do turismo e do ecoturismo

Definida para possibilitar o desenvolvimento turístico, com aproveitamento do grande potencial do município e da região, representado principalmente pela excepcional quantidade e diversidade de seus recursos naturais, de forma racional e como alavancador do processo de desenvolvimento municipal.

A 2.1. Identificar as áreas apropriadas para o turismo rural e para o ecoturismo
Visa reconhecer e localizar de forma sistemática as áreas apropriadas para o turismo no Município, para possibilitar a promoção de ações necessárias ao desenvolvimento do turismo.

A 2.2. Implantar infra-estrutura adequada às atividades turísticas
Visa dotar o município das condições adequadas para atrair investidores e turistas, por meio da melhoria da acessibilidade aos pontos turísticos, do saneamento ambiental, da limpeza urbana, da sinalização turística, da implantação de pontos de informações turísticas e do estímulo à instalação de equipamentos turísticos por parte da iniciativa privada.

A 2.3. Convencer os proprietários da viabilidade do turismo rural e do ecoturismo
Visa demonstrar aos proprietários rurais que podem ampliar e diversificar as possibilidades de exploração de suas propriedades e aumentar a receita gerada, pelo aproveitamento de seus recursos naturais para o desenvolvimento de atividades turísticas.

A 2.4. Ampliar e diversificar a rede hoteleira
Visa criar maiores e melhores alternativas de hospedagem na cidade para aumentar a atratividade e provocar o incremento dos fluxos turísticos.

A 2.5. Estimular e desenvolver diferentes modalidades de turismo, tais como rural, de praia, náutico, pesca esportiva etc.

Visa elaborar um plano objetivando estimular e desenvolver as diferentes modalidades de turísticas, tendo como referência o potencial turístico do Município.

A 2.6. Implementar o plano de uso público no Parque Estadual do Cantão

Visa a instalação de equipamentos, sinalização e facilidades de uso do Parque por parte dos moradores e dos visitantes de Caseara.

A 2.7. Explorar as possibilidades turísticas do Parque Estadual do Cantão

Visa aproveitar as potencialidades de uso público para fins turísticos do PEC, como forma de contribuir com o desenvolvimento do município.

A 2.8. Divulgar as possibilidades de turismo no município

Visa definir formas e veículos de divulgação e *marketing* das possibilidades turísticas do município, de forma a atrair maior número de turistas.

LE 3 - **Melhoria das condições das habitações**,

Definida para garantir a todos os habitantes de Caseara condições adequadas de habitabilidade em suas residências, como cumprimento do preceito constitucional de que todos os cidadãos brasileiros têm direito à moradia digna.

A 3.1. Implementar política habitacional mais eficiente

Visa ampliar e melhorar a atuação municipal na superação dos problemas de *deficit* e inadequação habitacionais existentes em Caseara.

A 3.2. Orientar e fiscalizar a aplicação das normas existentes

Visa organizar a fiscalização municipal como mecanismo de orientação aos proprietários em fase de construção de suas moradias, além da atribuição de controle do respeito às normas municipais.

A 3.3. Buscar a utilização dos programas já existentes nas esferas estadual e federal para a captação de recursos para a construção e melhoria das habitações

Visa a articulação com as diversas entidades governamentais ou privadas, nacionais ou internacionais, responsáveis por ações de promoção da habitação, de forma a obter recursos técnicos e financeiros para tal fim.

A 3.4. Oferecer orientação técnica e apoiar os proprietários na construção e melhoria de suas residências.

Visa instituir um programa de apoio técnico aos proprietários que necessitam construir ou melhorar as condições de habitabilidade de suas residências.

A 3.5. Construir habitações adequadas em substituição às sub-normais

Visa substituir as habitações inadequadas e barracos por moradia permanente, com condições adequadas de habitabilidade.

A 3.6. Estimular a construção de dependências sanitárias adequadas nas residências
Visa implantar programa específico para a construção de instalações sanitárias em todas as habitações do município.

LE 4 – Melhoria dos equipamentos urbanos, sistema viário e limpeza pública

Definida para permitir a superação dos *deficits* atualmente existentes entre a oferta e a demanda em relação aos equipamentos e serviços oferecidos pelo poder público.

A 4.1. Melhorar a qualidade do tratamento da água
Visa melhorar o tratamento da água oferecida à população, que atualmente é apenas clorada.

A 4.2. Ampliar a rede de abastecimento de água
Visa oferecer água tratada a toda população urbana.

A 4.3. Estimular a construção dependências sanitárias em todas as edificações
Visa implantar programa específico para a construção de instalações sanitárias em todas as edificações do município, independentemente do seu uso.

A 4.4. Construir rede e estação de tratamento do esgoto sanitário
Visa fazer gestões junto à concessionária estadual de saneamento para a construção de estação de tratamento de esgotos sanitários, de forma a melhorar as condições sanitárias de Caseara.

A 4.5. Melhorar a coleta dos resíduos sólidos e varrição urbana
Visa ampliar a área de varrição, estender e aperfeiçoar o sistema de coleta de lixo às áreas ainda não cobertas por esse serviço.

A 4.6. Melhorar a disposição final dos resíduos, implantando o aterro sanitário
Visa tratar o lixo coletado, construindo aterro sanitário para sua disposição final, de forma a eliminar a produção de vetores.

A 4.7. Ampliar a rede de iluminação pública para atender a periferia da cidade
Visa estender a iluminação pública para áreas da cidade atualmente não atendidas.

A 4.8. Melhorar os espaços públicos com pavimentação, praças arborização etc.
Visa melhorar os aspectos ambientais e paisagísticos da zona urbana, por meio da continuidade da programação de pavimentação das vias urbanas, construção de praças como pontos de referência e encontro da população, arborização das vias urbanas para melhorar as condições de conforto ambiental, implantação de mobiliário urbano e iluminação pública.

A 4.9. Melhorar o atual sistema de comunicação
Visa fazer gestões junto à empresa concessionária, de forma a ampliar a oferta de telefones, na zona urbana ou rural.

A 4.10. Implantar sistema de telefonia celular
Visa fazer gestões junto à empresa concessionária, de forma a ampliar a oferta de telefones celulares, melhorando as possibilidades de comunicação.

LE 5 – Melhoria dos equipamentos comunitários

Definida para possibilitar o desenvolvimento de atividades voltadas à ampliação da rede ou aperfeiçoamento dos serviços de saúde, educação, cultura, esporte, lazer e segurança

A 5.1. Melhorar a qualidade do ensino nos diversos níveis
Visa a elevação dos padrões de excelência do ensino, desde a educação de crianças até 4 anos, passando pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio até a educação de jovens e adultos e cursos profissionalizantes para garantir maiores oportunidades de trabalho decorrentes da melhor qualidade da educação e da capacitação profissional.

A 5.2. Ampliar as escolas para educação de crianças até quatro anos, educação infantil e de primeiro grau
Visa universalizar o acesso á educação, ampliar a capacidade de oferta no ensino fundamental, especialmente na zona rural, e garantir a permanência da criança e do adolescente no ensino fundamental.

A 5.3. Reduzir o índice de analfabetismo

Visa ampliar as oportunidades de acesso à educação para as crianças, jovens e adultos, mediante programas municipais ou em parceria com instituições de ensino e mobilização de voluntários.

A 5.4. Instalar escolas profissionalizantes voltadas ao turismo e à agropecuária
Visa criar condições para que os moradores de Caseara possam se capacitar para o trabalho nas diferentes ocupações dessas duas atividades econômicas, consideradas como as principais para o desenvolvimento municipal, respeitadas as potencialidades locais.

A 5. 5. Reduzir a mortalidade infantil e as doenças por veiculação hídrica
Visa reduzir os óbitos nos primeiros anos de vida e melhorar as condições de saúde da população, principalmente com a oferta de melhores condições de saneamento básico.

A 5.6. Criar espaços de esporte e lazer
Visa propiciar a todos, particularmente aos jovens, a possibilidade de se desenvolver física e culturalmente, criando espaços e condições operacionais para a oferta e funcionamento de equipamentos de esporte e lazer, principalmente através da implantação de um sistema de áreas verdes, aproveitando a potencialidade dos recursos ambientais da cidade e de seu entorno.

A 5.7. Melhorar a infra-estrutura de segurança
Visa dotar o município da infra-estrutura necessária à garantia da segurança pública da população local e regional, resultando na construção de equipamentos de segurança, contratação e capacitação dos profissionais da área

LE 6 - Proteção ambiental

Definida para garantir o perfeito equilíbrio entre a utilização racional dos recursos naturais e desenvolvimento socioeconômico e a manutenção da qualidade do meio ambiente, dentro do princípio da sustentabilidade.

A 6.1. Conservar permanentemente os recursos naturais e ambientais
Visa proteger o meio ambiente por meio do envolvimento e da participação de todos os segmentos da sociedade e da atuação orientadora e controladora efetiva por parte dos organismos responsáveis.

A 6.2. Potencializar as ações dos órgãos ambientais na cidade
Visa dar ênfase às ações voltadas para os aspectos de sustentabilidade, necessárias à gestão municipal, bem como uma efetiva articulação entre as atividades dos diferentes organismos voltados para a proteção do meio ambiente.

A 6.3. Implementar as unidades de conservação existentes
Visa possibilitar aos organismos competentes elaborar e/ou por em execução o plano de manejo e de uso público das unidades de conservação do munic ípio.

A 6.4. Desenvolver programas de educação ambiental permanente em diversos níveis
Visa institucionalizar no município de forma continuada e permanente atividades diversificadas de educação ambiental, a serem desenvolvidas nas escolas, sindicatos, associações de classe etc..

A 6.5. Recuperar as áreas de preservação permanente, às margens do Lago Casé para o uso público
Visa corrigir distorções e irregularidades na ocupação desse espaço urbano, com sua urbanização e tratamento paisagístico como espaço de entretenimento e lazer para a população e visitantes.

A 6.6. Substituir as queimadas por tecnologias limpas de manutenção das pastagens
Visa promover ações destinadas a iniciar o processo de substituição de queimadas por outras formas de manejo do solo, menos danosos ao meio ambiente.

LE 7 - **Modernização e melhoria da gestão pública**

Definida para estruturar e capacitar a Administração Municipal para a implementação do processo de planejamento e gestão a ser instaurado a partir do Plano Diretor.

A 7.1. Implantar o sistema de planejamento e gestão municipal
Visa estruturar o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos para a coordenação das ações dos órgãos da administração direta e indireta do Município, bem como da iniciativa privada, para a implementação do Plano Diretor.

A 7.2. Implementar e divulgar a Associação de Municípios do Mesoeste
Visa o fortalecimento da gestão municipal por meio da interação com os municípios associados para ampliar a capacidade de implementação de ações mais complexas que isoladamente cada município teria dificuldades de as desenvolver

A 7.3. Modernizar a estrutura administrativa da Prefeitura
Visa dotar a Administração Municipal de uma estrutura organizativa específica, ágil, com capacidade articuladora, composta de mecanismos institucionais de coordenação dos projetos e avaliação dos resultados,

A 7.4. Adequar o quadro de servidores às funções da administração municipal
Visa a estruturação do quadro de cargos dos servidores da Administração Municipal, de modo a ajustá-los às funções a serem desenvolvidas pelo poder público municipal na implementação do sistema de planejamento e gestão proposto.

A 7.5. Capacitar as equipes da Administração Municipal para o desempenho de suas funções
Visa preparar as equipes das diversas áreas da Administração Municipal para o exercício de uma nova prática de gestão, na qual o planejamento, a interação e a participação são fundamentais e o monitoramento e avaliação dos resultados sejam atividade permanente.

A 7.6. Buscar a eficiência dos instrumentos de gestão urbana ambiental
Visa a adoção de procedimentos adequados para a aplicação dos instrumentos de gestão com vistas à obtenção de resultados mais efetivos.

A 7.7. Estruturar o sistema de informações municipais
Visa dotar o Sistema de Planejamento e Gestão das informações físico-ambientais, socioeconômicas, culturais e cartográficas necessárias para a tomada de decisões em todos os seus níveis, para o acompanhamento e monitoramento das ações inerentes à implementação da política de desenvolvimento e expansão urbana.

A 7.8. Estabelecer parcerias com as outras esferas do setor público e com a iniciativa privada
Visa o desenvolvimento conjunto de ações entre o poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor, de forma a estabelecer o processo participativo na construção do município / cidade desejada.

A 7.9. Estruturar a base fiscal
Visa dotar a Administração de uma base cartográfica confiável que possibilite a geração de informações confiáveis para melhorar a arrecadação, e que permita um melhor planejamento físico-territorial e dos equipamentos urbanos.

A 7.10. Criar espaço para a população obter informações e apresentar sugestões ao processo
Visa facilitar a comunicação da sociedade com o poder público, criando centros de fornecimento de informações, prestação de serviços e recepção de sugestões ao processo de planejamento e gestão.

A **7.11. Aprimorar a articulação entre os órgãos do governo e deles com as diversas instituições**
Visa ampliar e diversificar os canais de comunicação e articulação da Administração Municipal com órgãos do governo estadual e federal e com instituições públicas ou privadas para a atuação conjunta na busca de soluções para a dinamização do processo de desenvolvimento municipal.

A 7.12. Desenvolver a prática do orçamento participativo
Visa ampliar e aprimorar a prática do orçamento participativo, como um dos instrumentos da política de desenvolvimento, estabelecido no Estatuto da Cidade, para que evolua para o planejamento participativo.

LE 8- Participação da sociedade no processo de planejamento e gestão

Definida para garantir que o processo de planejamento e gestão seja apropriado pela população e se desenvolva de maneira eficaz e compartilhada entre o poder público e a sociedade, como a expressão da vontade de todos os cidadãos de Caseara.

A 8.1. Envolver as escolas, grupos de jovens, igrejas e outras instituições para convencimento da população quanto à importância da participação
Visa estimular a formação da cidadania, elaborando programas com vistas preparar os moradores para a participação no processo de construção de sua cidade.

A 8.2. Implantar o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Caseara.
Visa reformular e por em funcionamento efetivo o Conselho de Desenvolvimento de Caseara, incorporando entre suas competências aquelas referentes ao processo participativo de implementação e monitoramento do Plano Diretor e do processo de planejamento e gestão municipal

A 8.3. Utilizar o espaço criado para a obtenção de informações e apresentação de sugestões ao processo
Visa estimular o efetivo exercício de cidadania por meio da participação de cada cidadão e das representações sociais por meio da utilização dos canais de comunicação abertos pelo poder público.

5.1. Inter-relacionamento Seqüencial das Ações

A implementação das ações para o desenvolvimento deverá respeitar as interrelações e o sequenciamento lógico entre elas, uma vez que algumas ações são pré-requisitos para a execução de outras, ou têm um grau diferenciado de complexidade que não permite que sejam desenvolvidas simultaneamente com outras de mais fácil execução. Os diagramas apresentados a seguir ilustram esse interrelacionamento e ordenação sequencial para cada uma das linhas estratégicas propostas neste Plano.

LE 1 - Modernização, diversificação e verticalização da agropecuária

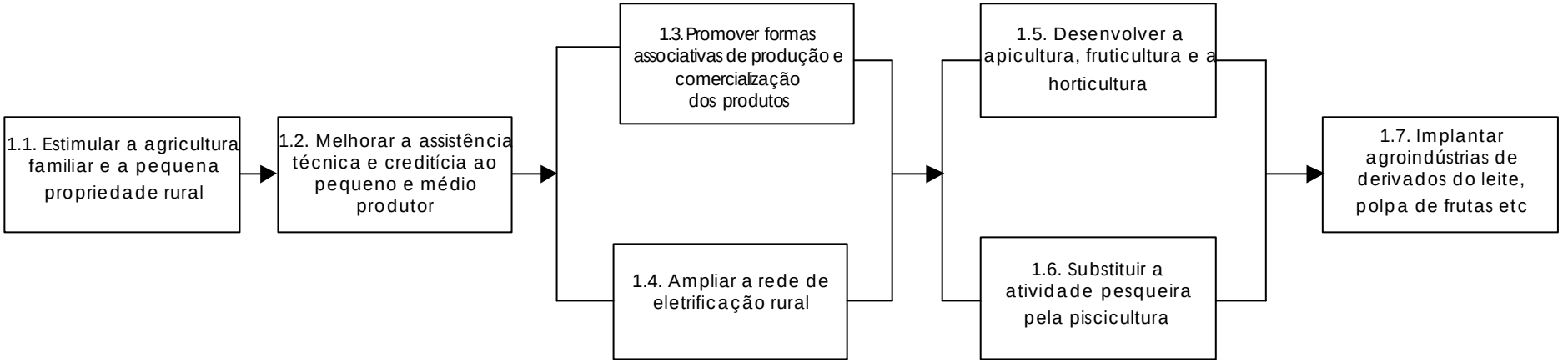

Figura 21 – Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 1

LE 2 - Desenvolvimento do turismo e do ecoturismo

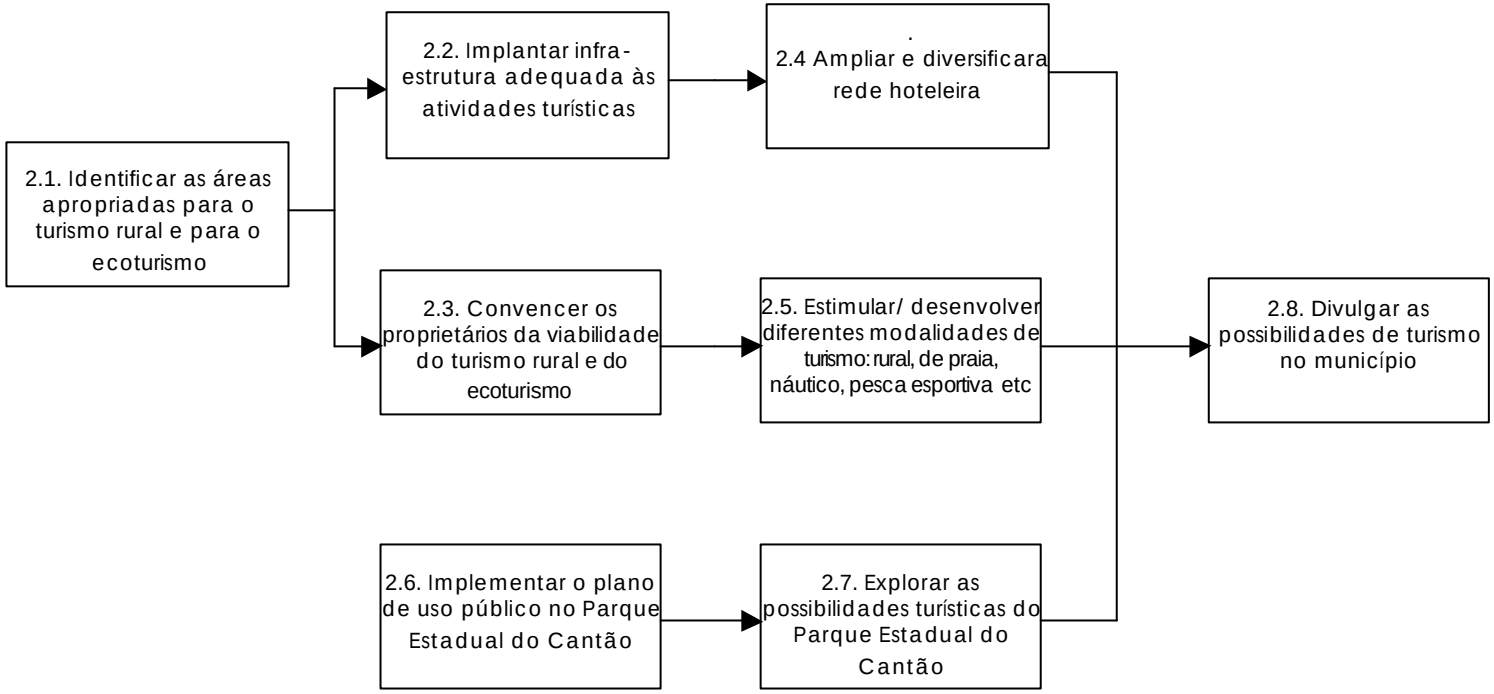

Figura 22 – Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 2

LE 3 - Melhoria das condições das habitações

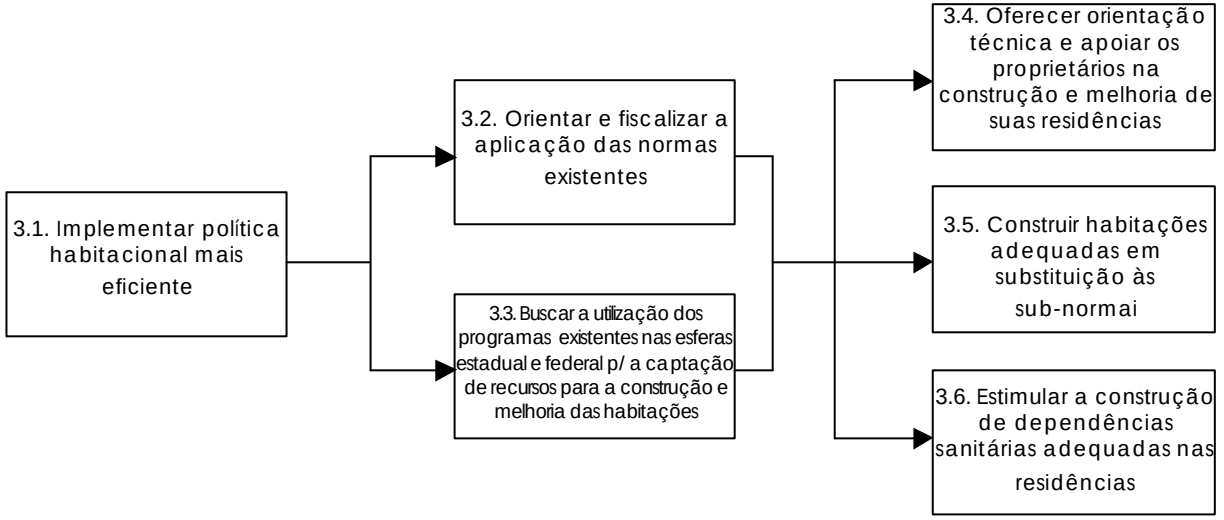

Figura 23 – Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 3

LE 4 - Melhoria dos equipamentos urbanos, sistema viário e limpeza pública

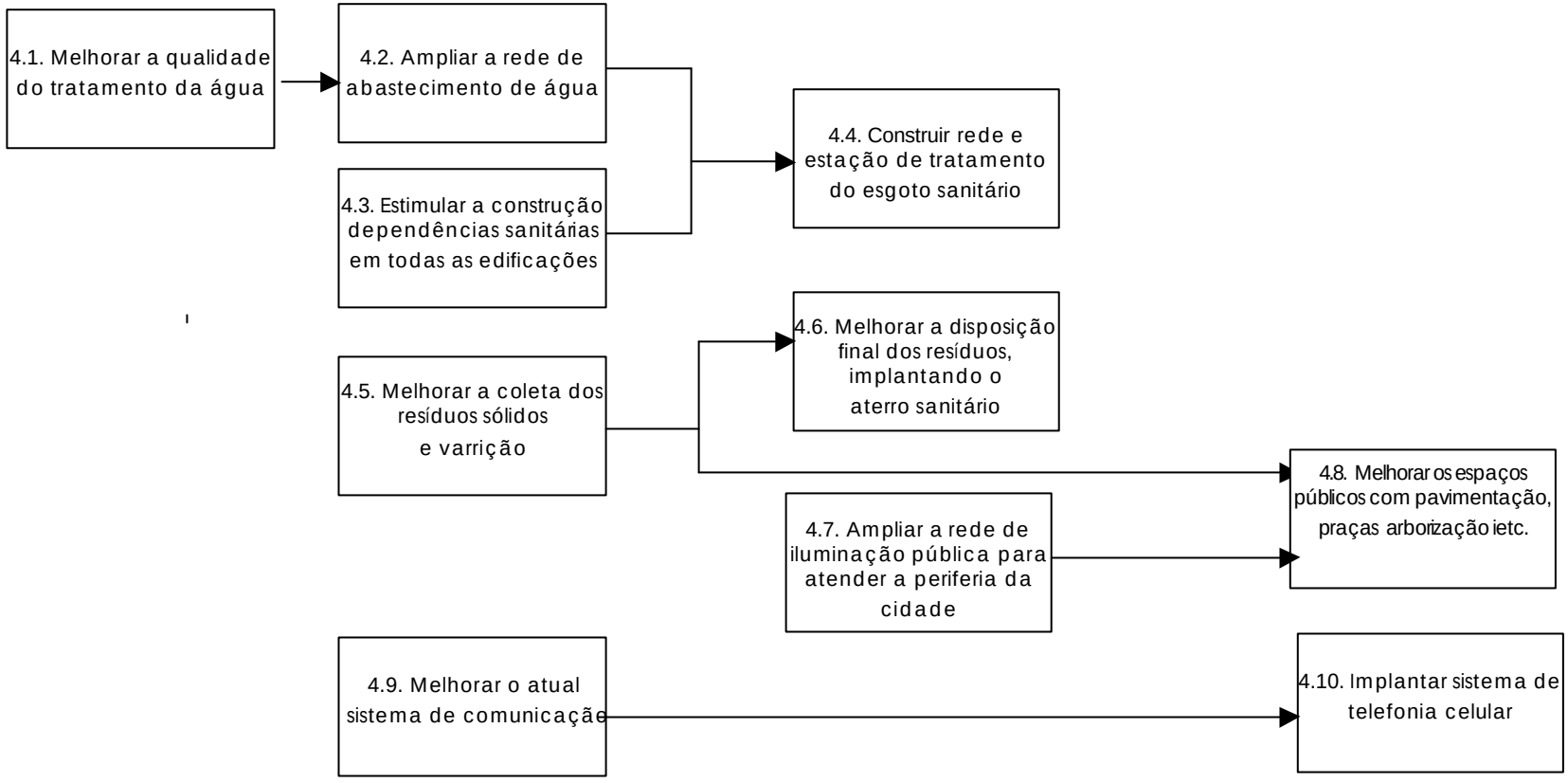

Figura 24 – Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das ações da Linha Estratégica 4

LE 5 - Melhoria dos equipamentos comunitários

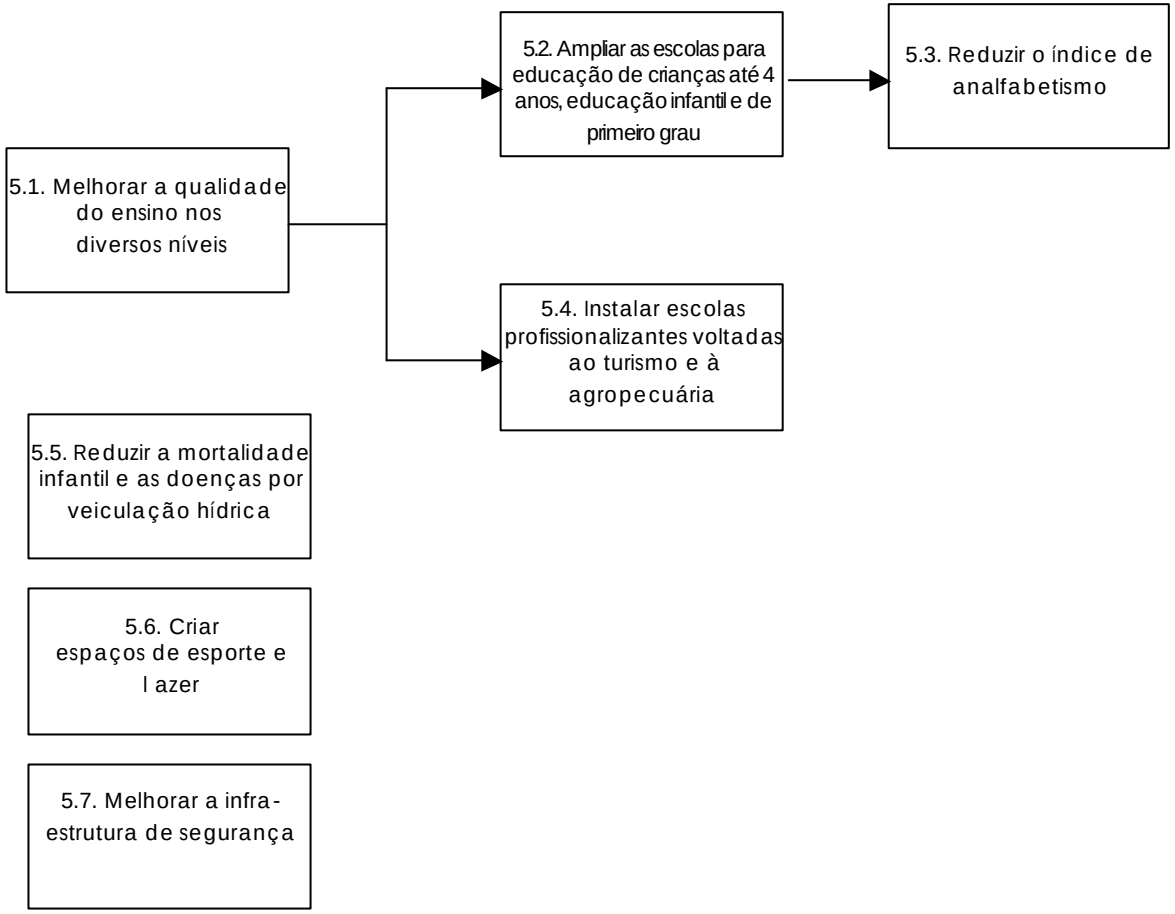

Figura 25 – Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das ações da Linha Estratégica 5

LE 6 - Proteção ambiental

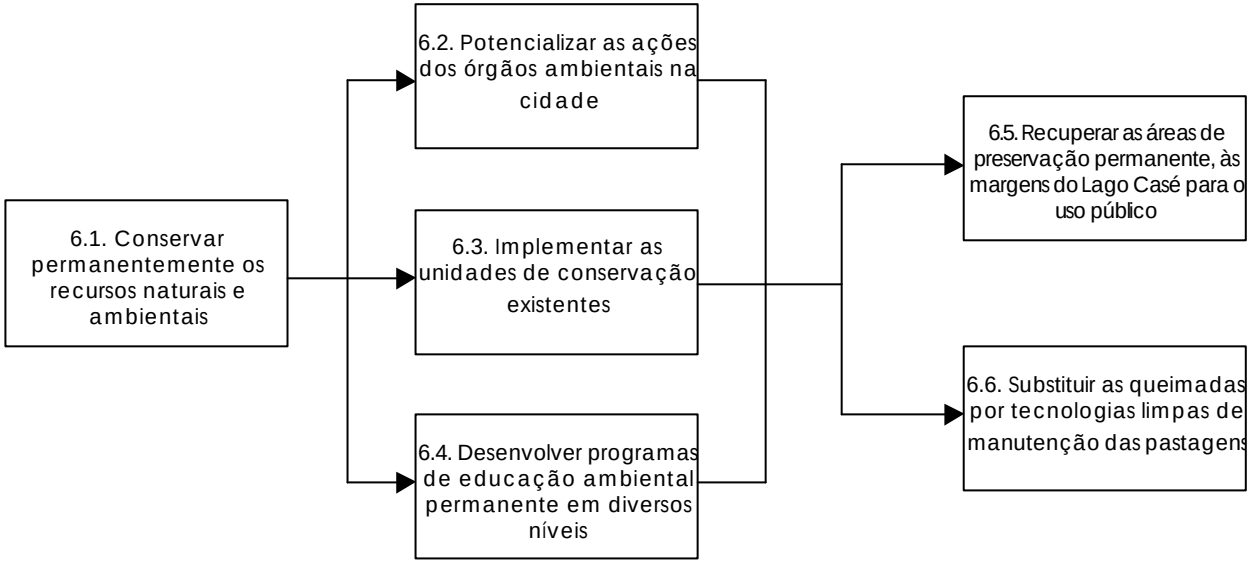

Figura 26 – Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das ações da Linha Estratégica 6

LE 7 - Modernização e melhoria da gestão pública

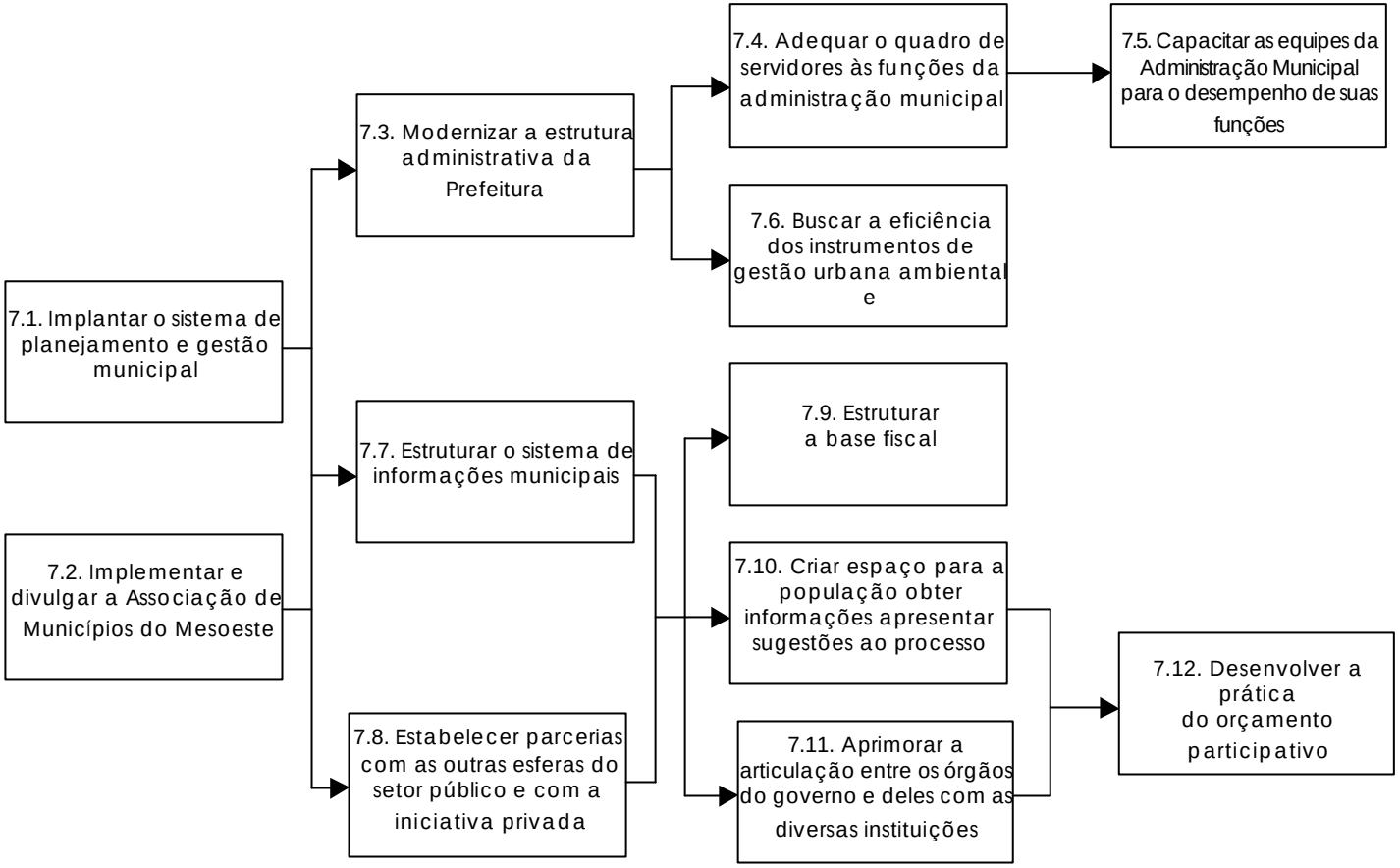

Figura 27 – Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das ações da Linha Estratégica 7

LE 8 - Participação da sociedade no processo de planejamento e gestão

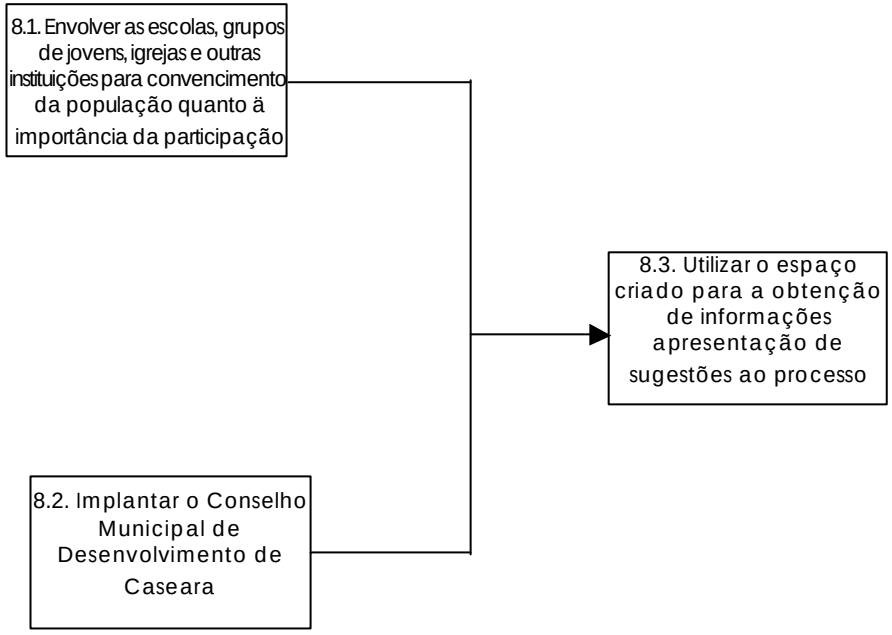

Figura 28– Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das ações da Linha Estratégica 8

BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLÉIA MUNICIPAL CONSTITUINTE – **Lei Orgânica Municipal de Caseara**. Caseara – TO, 1990

CÂMARA DOS DEPUTADOS – **Estatuto da Cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília, 2001

COURSON, Jacques de – **La prospective des territoires. Concepts, méthodes, résultats**. Paris : Ministère de l'Equipement des Transports et du Logement, 1999.

MUKAI, Toshio – **O estatuto da cidade. Anotações à lei n. 10257, de 10-7-2001**. São Paulo : Editora Saraiva, 2001

SEDU – **Seminário nacional sobre a lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999 – parcelamento do solo urbano**. Brasília : Presidência da República – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, 1999

SEPLAN-TO – **Atlas do Tocantins**. Palmas : Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente – Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico, 1999

Estudo da demanda de mercado para o ecoturismo no Tocantins. Palmas : Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, 2001

Estudo de viabilidade de empreendimentos ecoturísticos no pólo do Cantão. Palmas : Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, sd

Inventário da oferta turística do Estado do Tocantins. Palmas : Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente –1998

Plano de Manejo do Parque Estadual do Cantão. Palmas : Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente , 2001

Anuário estatístico do Estado do Tocantins. Palmas : Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente –1998

Tocantins em dados. Palmas : Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente –1998

SETUR-TO – **Tocantins – portal ecológico e da biodiversidade**. Palmas : Governo do Estado do Tocantins – Secretaria Turismo –1999

Tocantins – Brasil – o coração da natureza. Palmas : Governo do Estado do Tocantins – Secretaria Turismo –2001